



Projeto Livro Livre

Iba Mendes

"Quem me dera, agora, que as minhas palavras se escrevessem!
Quem me dera que se gravassem num livro!"

Jó 19:23

Política



Alexandre Herculano

Manifesto da Associação Popular



Iba Mendes Editor Digital
www.poeteiro.com

Manifesto da Associação Popular

Alexandre Herculano



Adaptação ortográfica e projeto gráfico

Iba Mendes

Publicado originalmente em 1858.

Livro Digital nº 1044 - 1ª Edição - São Paulo, 2019.

Manifesto/Política - Literatura Portuguesa.

Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo
(1810-1877)



Iba Mendes Editor Digital
www.poeteiro.com

PROJETO LIVRO LIVRE



*Oh! Bendito o que semeia
Livros... livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n'alma
É germe — que faz a palma,
É chuva — que faz o mar.*

Castro Alves

O **Projeto Livro Livre** é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, livre e gratuito, de obras literárias já em Domínio Público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital. Sendo assim, não objetivamos fins comerciais ou promoção política. Tal qual o saudoso Nelson Jahr Garcia, pioneiro na divulgação do Livro Digital no idioma português, sempre estudei por conta do Estado, ou melhor, da Sociedade que paga impostos. Por isso, sinto-me também na obrigação de "*retribuir ao menos uma gota do que ela me proporcionou*". Daí o nosso esforço que se resume na simplicidade e na solidariedade.

Segundo normas e recomendações internacionais estabelecidas pela maioria dos países, incluindo Brasil e Portugal, uma obra literária entra em Domínio Público 70 anos após a morte do seu criador intelectual.

O nosso Projeto, que tem por objetivo colaborar na divulgação da Literatura em Língua Portuguesa, em suas variadas modalidades, busca assim não violar nenhum direito autoral. Todavia, caso seja encontrado algum livro que, por imprecisa razão, esteja ferindo os direitos do autor, pedimos a gentileza de nos informar no e-mail: iba@ibamendes.com, a fim de que seja imediatamente suprimido de nosso acervo.

Esperamos um dia, quem sabe, que as leis que regem os direitos do autor sejam repensadas e reformuladas, tornando a proteção da propriedade intelectual uma ferramenta para promover o conhecimento, em vez de um temível inibidor ao livre acesso dos bens culturais. Assim esperamos!

O Livro Digital é – certamente – uma das maiores revoluções no âmbito editorial em todos os tempos. Hoje qualquer pessoa pode editar sua própria obra e disponibilizá-la livremente na Internet, sem aquela imperiosa necessidade das editoras comerciais. Graças às novas tecnologias, o livro impresso em papel pode ser digitalizado e compartilhado nos mais variados formatos digitais, tais como: PDF, MOBI, EPUB, entre muitos outros. Contudo, trata-se de um processo lento e exaustivo, principalmente na esfera da realização pessoal, implicando ainda em falhas decorrentes da própria atividade de digitalização. Por exemplo, erros e distorções na parte ortográfica da obra, o que pode tornar ininteligíveis palavras e até frases inteiras. Embora todos os livros do **Projeto Livro Livre** sejam criteriosamente revisados, ainda assim é possível que algumas dessas falhas passem despercebidas. Desta forma, se o distinto leitor puder contribuir para o esclarecimento de eventuais incorreções, pedimos gentilmente que entre em contato conosco, a fim de efetuarmos as devidas correções.

Ressaltamos, por fim, que o **Projeto Livro Livre** não se limita a simples publicação de textos já disponíveis na Internet, sem qualquer critério. Em vez disso, pautamos nosso trabalho no esmero gráfico e ortográfico, na digitalização e atualização de novas obras, na publicação de autores do nosso tempo, na conversão de livros em áudio etc. Buscamos assim popularizar o Livro Digital, tornando-o acessível a qualquer pessoa e sem nenhum custo.

É isso!

Iba Mendes

O LUTADOR

De constituição robusta, física e moral, Alexandre Herculano parece ter nascido predestinado para a luta, e por isso não admira ter sido um dos mais notáveis batalhadores do seu tempo, qualquer que fosse o terreno, em que houvesse de terçar armas.

Moço ainda, alistou-se na expedição constitucional, e posto que não passasse de legionário obscuro, nunca deixou de bater-se com extraordinária intrepidez, expondo o peito às balas em todas as ocasiões de perigo. Apesar das suas aptidões literárias estarem ainda em gérmen, nem por isso o seu talento era absolutamente desconhecido, pois o seu espírito de estudioso infatigável bem cedo se havia manifestado. Do seu amor às letras não se aproveitou, porém, como fez Sebastião de Almeida e Brito, para deixar de cumprir rigorosamente as suas obrigações militares. O soldado, de espingarda ao ombro, esperava confiadamente a ocasião oportuna de soltar o seu canto de poeta.

Deixando os campos de batalha, onde triunfara a causa que defendera com tanta energia e convicção, Herculano começou desde logo a respirar a atmosfera das bibliotecas e dos arquivos, entregando-se a trabalhos de nova espécie, que deveriam ser como que uma distração e um repouso ao veterano da liberdade, mas que tantas vezes inquietaram tempestuosos o seu espírito severo. No silêncio do seu gabinete de estudo, onde perscrutava, sem a paciência de um monge, os segredos do passado, lá o foram despertar nos seus sonhos de vidente os alaridos dos idólatras do preconceito e da rotina. O leão, tão injustamente agredido, rugiu com violência, acordando os ecos da solidão. Polemista de primeira ordem, o atleta da palavra esmagou com a sua clava de Hércules os

adversários, que tentavam amordaçar-lhe a boca, quando ele soltava a expressão da verdade histórica.

No seu ânimo inquebrantável passou um sopro de desalento, e o anacoreta das bibliotecas trocou a deliciosa companhia dos seus mais íntimos amigos, os códices e os livros, pelo convívio de alguns rudes camponeses. Desalento? Não. Herculano não se deixava esmorecer com tanta facilidade. A sua hégira literária, a sua fuga para o deserto da Azoia, não foi motivada por nenhum sentimento de fraqueza. O gigante não estava alquebrado nem abatido: estava apenas enfastiado. Era o tédio das paixões políticas e das baixezas de toda a sorte, de que ele estava afastado, mas cujo contato não podia evitar em absoluto. Transformada a sua vida literária em vida agrícola, ainda aí deu provas da solidez da sua estrutura moral. Na lavoura, como na história, foi ainda um inovador, ensinando praticamente os processos mais adequados para aperfeiçoar a cultura da oliveira e o fabrico do azeite.

Alexandre Herculano, tomando uma parte ativa, com a espingarda e com a pena, no livro, no periódico e no panfleto, nos movimentos militares e políticos, que transformaram Portugal, não se dedicou todavia a escrever a história contemporânea, da qual seria um cronista de inestimável valor. A sua crítica e a sua apreciação dos fatos e dos homens do seu tempo acham-se disseminadas, de um modo vago e bastante indefinido, por alguns dos seus artigos e opúsculos. *A Voz do Profeta* é um lamento bíblico que traduz apenas, de um modo enfático, a indignação partidária. Seria deveras curioso saber-se o juízo que o grande historiador formava, numa síntese luminosa, do resultado das transformações liberais. De Mousinho da Silveira deixou-nos traçado um perfil, que nos faz sentir a ausência de outros quadros idênticos na mesma galeria. Que opinião faria ele de outro insigne demolidor, Joaquim Antônio de Aguiar, cujo coração não estremeceu, cuja pena não vacilou ao redigir o decreto, que extinguiu as ordens religiosas? Apesar de forte, ou por isso mesmo talvez, Alexandre Herculano era também generoso e não costumava tripudiar sobre os vencidos, antes se compadecia do seu infortúnio. Ninguém como ele levantou com tão poderosa

eloquência a sua voz de protesto a favor dos egressos e das freiras de Lorvão. A sua piedade envolvia os infelizes no manto de misericórdia, e assim é que ele amortalhou o cadáver de D. Sancho II. O *Eurico* é uma espécie de *miserere* soltado nos campos do Guadalete sobre a destronada monarquia visigótica. Nas *Lendas e Narrativas* a decadência e os desastres do império muçulmano na península repercutem-se dolorosamente, como se algum descendente daquela raça escrevesse tão magoadas páginas.

Se Alexandre Herculano não nos legou as suas *Memórias*, que deveriam ser preciosíssimas, de algum modo, até certo ponto, se poderia compensar essa falta. A sua correspondência não deixaria de fornecer elementos de superior alcance, que muito contribuiriam para satisfazer a nossa justa curiosidade. Segundo ouvi, as cartas, que lhe eram dirigidas, extraviaram-se ou foram extraviadas. É uma perda verdadeiramente digna de lástima. Devem, porém, existir muitas das cartas por ele dirigidas a diversas pessoas e que mereciam bem ser colecionadas e dadas a público. No *Diário de Notícias* reproduzi eu, há anos, em artigo editorial, uma carta sua, em resposta a outra do Dr. Delfim de Oliveira Maia em que este o convidava para assumir o movimento da *janeirinha*. Outras devem existir de não menor valia, e do mais variado assunto; a sua coleção seria sem dúvida uma das mais belas homenagens, que se poderia prestar à memória deste eminente e maravilhoso escritor de Portugal.

SOUSA VITERBO

Boletim da Real Associação dos Arqueólogos Portugueses (1910)

Pesquisa e adequação ortográfica: Iba Mendes (2019)

*MANIFESTO DA ASSOCIAÇÃO POPULAR
PROMOTORA DA EDUCAÇÃO DO SEXO FEMININO
AO PARTIDO LIBERAL PORTUGUÊS*



Muitos cidadãos de Lisboa pertencentes às diversas frações do partido liberal, movidos por um sentimento de perigo comum, tendo-se congregado para deliberarem sobre o modo de obviar a esse perigo, que reputam mais ou menos grave, mais ou menos iminente, mas indubitável, resolveram constituir uma associação, que, crescendo e dilatando-se pelo reino, possa combatê-lo com vantagem. O laço principal desta associação consiste na unidade de ideias, e na unidade de esforços para anular, sem sair da estrita legalidade, as tentativas de reação antiliberal, cuja manifestação mais importante é o empenho de transviar a educação popular, entregando-a a congregações religiosas, não só estrangeiras, mas também regidas por princípios opostos às instituições do estado.

A Associação, desejando firmar bem a sua bandeira, e habilitar o país para a favorecer, ou para a condenar, ordenou que em seu nome se publicasse o presente escrito, onde amplamente se expusessem os motivos da sua existência e o alvo em que põe a mira.

Os acontecimentos de 1848, que agitaram a Europa, deram origem a exagerações e desconcertos, que, ferindo não só os interesses ligados à manutenção do passado, o que pouco importava, mas também, o que era mais grave, os interesses das numerosíssimas classes que unicamente veem o progresso no lento e prudente desenvolvimento das ideias e das instituições representativas, produziram temores que, podendo justificar-se a princípio, não tardaram a ultrapassar os limites do justo e a precipitar-se num sistema de reação, que se confundiu com o dos partidos anterior e absolutamente adversos à liberdade legítima e honesta, procedimento não menos absurdo que o daqueles que se haviam declarado inimigos da sociedade.

No meio do estampido das revoluções, das peripécias dos tronos e das gentes, das lutas e das desgraças públicas, algumas nações, ancoradas no porto das instituições liberais, e forcejando pacificamente por obterem o progresso pelos meios que subministra o governo parlamentar, haviam-se absterido de se associarem ao movimento revolucionário da Europa, visto que disso não careciam para assegurar os seus destinos futuros. Tal fora a Inglaterra, a civilizadora do mundo, esse país modelo, essa terra da nobre raça anglo-saxônica, defensora natural dos povos livres menos poderosos: tais haviam sido Portugal e a Bélgica. Outras, por um acordo generoso entre o soberano e os súditos, souberam tirar da grande agitação europeia só as consequências justas, e vieram associar-se, enfim, pacificamente ao grêmio das sociedades livres. Tal foi o Piemonte, tão moderado nos dias prósperos, como tinha sido nobre nos da adversidade, e que a Providência colocou nos pendores dos Alpes e dos Apeninos como farol e última esperança da Itália.

Há anos que estas nações respondem triunfantemente com a eloquência dos fatos às acusações da reação contra a liberdade: há anos que apontam a povos que se reputavam mais alumiados do que elas, e que só sabemos terem sido ou mais imprudentes ou mais infelizes, a lei moral do futuro, as condições impreteríveis de vitalidade para as instituições representativas; isto é, a moderação e a firmeza. Foragidos de todos os países, que no seio delas tem vindo reclinar a cabeça e respirar a atmosfera da liberdade, voltando algum dia à Pátria não esqueceram as salutares lições que receberam, e amestrarão os menos experientes para não confundirem o desacato do direito com o direito, a revolta com a resistência legítima, a licença com a liberdade.

Protesto vivo contra a reação, a forma da existência política destas nações devia ser profundamente odiosa aos que sonham na restauração do passado. Absorvê-las, afeiçoá-las pelo próprio pensamento, desmentir a sua muda linguagem, era para a reação um postulado importante. Na Grã-Bretanha a empresa seria impossível. Do mar das Hébridas a canal da Mancha, a luz da

liberdade que fulgura no céu da Inglaterra é demasiado intensa. A reação ficaria deslumbrada passando além da penumbra do continente. Mas a Grã-Bretanha, fisicamente insulada, podia sê-lo moralmente, se lhe destruíssem as afinidades continentais que ainda conserva.

No Piemonte a reação apresentou-se audaz, e a luta foi renhida; mas a firmeza moderada dos poderes constitucionais tem bastado para a reprimir. Não evitou a Bélgica ser convertida em campo de batalha, posto que o partido liberal alevantasse energicamente a luva que se lhe atirava às faces. A prudência, porém, de um monarca verdadeiramente constitucional, grande pelos dotes da inteligência, mas ainda maior pela sabedoria que dá a longa experiência, impediu até agora que o fogo, nem sempre latente, se convertesse em assolador incêndio.

Portugal não podia fugir à sorte comum. Há anos que os anúncios da procela assomavam nos horizontes; que nuvens fugitivas ofuscavam os ares. Não faltou quem o advertisse; mas a advertência passou despercebida. Debalde em publicações assaz conhecidas se chamou a atenção do país para certas tendências que se manifestavam: debalde a imprensa periódica mais de uma vez as assinalou também. Foi necessário para o espírito público despertar, que essas tendências assustadoras se convertessem em atos demasiado positivos e palpáveis, e que, com o pretexto de se criarem os meios de dirigir melhor a educação pública, se fizesse uma grave injustiça à moralidade e à inteligência nacionais, introduzindo-se em Portugal mestras estrangeiras, pertencentes a uma corporação do sexo feminino, que, conservando a sua organização atual, é incompatível com as leis e instituições do país.

Deste despertar da atenção publica nasceu esta Associação. Não foi o pensamento de um ou de alguns homens que a criou. Foi uma ideia que brotara ao mesmo tempo no comum dos espíritos; uma destas iluminações súbitas que o povo tem às vezes na hora dos grandes perigos. O que se chama de ordinário o instinto do povo não é senão um raciocínio; mas raciocínio óbvio, simples, claro, acessível a todos os entendimentos, e irresistível para a consciência

de todos. A reação ameaçava a liberdade, não só no presente, mas também no futuro; dava um dos passos mais importantes para a conquista, senão da sociedade que é, ao menos da sociedade que há de ser. E o partido liberal uniu-se e marchou ao encontro do inimigo no terreno em que ele lhe apresentava o combate.

Decerto que nem todas as pessoas envolvidas nesta deplorável manifestação dos planos reacionários podem com justiça ser taxadas de favorecerem de propósito deliberado os intentos da reação. Não tendo provavelmente estudado a história dos progressos desta na Europa, dos seus esforços e artifícios, dos seus triunfos e dos seus desastres nos últimos trinta ou quarenta anos, deixaram-se embair pela sua linguagem devota, pelos seus ademanes modestos, pelo seu aparente zelo da moral e da ordem pública. Ignoravam quantas vezes ela tem soltado rugidos de cólera e de ameaça; quantas vezes se tem traído a si própria, e revelado o seu íntimo pensamento: ignoravam como certos homens, cujo caráter religioso e austero, e cuja moderação de opiniões políticas estão acima de qualquer suspeita, tem julgado o partido cujas tendências esta Associação é destinada a combater, e que por toda a parte se manifestam principalmente no desvelado afincamento com que esse partido procura apoderar-se dos ânimos feminis e de afeiçoar aos seus intuitos as gerações novas. Cremos que eram nobres e puras as intenções das pessoas sinceramente liberais que, sem o saberem, sem o quererem, ampararam com o seu nome, com a sua bolsa, e com a sua influência o pensamento da reação, ou dela se tornaram instrumentos. Mas nem a respeitabilidade do seu caráter as tornaria infalíveis, ainda em matérias nas quais fossem mais competentes, nem essa respeitabilidade pode obrigar-nos a submeter-lhes o nosso alvedrio, a nossa inteligência e a livre manifestação das próprias convicções. O nosso único dever para com elas é uma justiça indulgente; é não acusar as suas intenções, que não o merecem, nem reputar irremissível o seu erro.

A essas pessoas só pediríamos, quando certos ressentimentos infundados chegassem a acalmar, que refletissem num fenômeno que tem diante dos olhos; que, digamos assim, as rodeia por todos

os lados, e que é de uma significação indubitável e imensa. Depois de terem refletido, pedir-lhes-íamos somente que seguissem, não o que lhes ditasse o pior dos conselheiros, o amor próprio ofendido, mas a voz íntima de uma honesta consciência.

Existe em Portugal um partido numeroso, dirigido por homens inteligentes, que há vinte e cinco anos está organizado e disciplinado; partido moralmente tão legítimo como o partido liberal, mas que professa francamente o seu amor exclusivo ao passado, e cujos escritores, usando dos foros de cidadãos de um país livre, afirmam há vinte e cinco anos perante Deus e o mundo o direito de o não serem, ou, para melhor dizer, o direito de não se lhes tolerar que o sejam. Na grande questão agita o país, e que nós cremos importar uma grave manifestação do pensamento reacionário, ninguém mais do que esse partido tem mostrado zelo ardente pela educação peregrina, e por tanto lançado com mais violência o estigma de incapacidade moral e intelectual sobre as pessoas do sexo feminino nascidas nesta terra que possam dedicar-se ao magistério. No símbolo daquele partido, uma adoração supersticiosa da nacionalidade figurara entre os seus artigos fundamentais por vinte e cinco anos; e quando, não esta ou aquela mulher, mas a mulher portuguesa, em geral, é vilipendiada, amaldiçoada, condenada na sua capacidade moral e intelectual de mãe (porque a educadora é verdadeira mãe da infância que lhe é confiada), esse partido apaga aquele artigo fundamental do velho símbolo, e saúda a invasão estrangeira! E não a saúda só; declara-a a tábua de salvação das novas gerações. Não acha que apoderarem-se de órfãos adotados pela Pátria seis mulheres e dois ou três frades estrangeiros seja um fato insignificante ou indiferente. É que os homens eminentes desse partido tem estudado a história. No seio dele não há uma voz que se alevante para protestar contra a supressão da mais exagerada sentença do seu credo; não há quem não marche alegremente ao combate. No meio das profundas fileiras do lazarismo, ou do jesuitismo, ou do ultramontanismo, ou como quiserem chamar-lhe, os vultos liberais apenas raramente se descortinam, perdidos entre a multidão dos combatentes que detestam a liberdade. Seria o partido que sempre se mostrou tão

leal, tão francamente e, não duvidamos dizê-lo, tão nobremente reacionário, porque pode haver nobreza até no erro e no mal, seria esse partido assaz insensato para fazer sacrifícios tais, se não estivesse empenhado nisso o seu dogma supremo, a reação? Valeria para ele a pena de se agitar, colérico e impaciente, por causa de seis mulheres e dois frades, e de combater com tanto azedume os que repelem essa importação estrangeira; eles, os homens da nacionalidade exagerada? Se tal fato não disser nada aos transviados do campo liberal, então só nos resta deplorar a sua irremediável cegueira.

Há três séculos que também dois frades de um instituto novo, chamado a Companhia de Jesus, entravam sozinhos em Portugal. Um deles abandonava logo este país para atravessar o oceano e ir embrenhar-se entre as gentilidades da Ásia. Ficou o outro. Foi o que bastou para núcleo de uma associação, que em breve dominou tudo. A mocidade é amiga de novidades. Mancebos saídos do seio das mais nobres Famílias, outros nascidos entre o povo e entre a burguesia correram a alistar-se no grêmio nascente, ao passo que os reforços estrangeiros chegavam pouco a pouco. Vinham, dizia-se, moralizar o país e instruí-lo pela religião. Homens de estado conspícuos, a universidade de Coimbra, a parte mais ilustrada da sociedade era-lhes adversa, e fazia sinistras predições, que o tempo se encarregou de justificar. O poder estava, porém, nas mãos do fanatismo, da hipocrisia, e sobretudo da imbecilidade intelectual. A liberdade da palavra, a liberdade do pensamento escrito, a liberdade de associação não existiam. Ponderavam-se os fins tão úteis do santo instituto, o bem que tinha feito fora do país, como por toda a parte o acolhiam. As relutâncias, estéreis porque sem nexos, esmoreceram e calaram-se. A instituição estrangeira venceu, enraizou-se, dilatou-se e dominou. A história política, social e literária do país durante duzentos anos está aí para responder aos que perguntarem quais foram os resultados da influência incontrastada e incontrastável dos jesuítas.

Este exemplo memorável e de triste recordação doméstica deve ser inútil para nós? As apreensões atuais serão menos justificadas do

que as dos homens instruídos, sisudos e experientes do meado do século XVI? Há quem diga que sim; há quem pense que a história serve só para pasto de uma curiosidade van; quem suponha que as leis da humanidade não são sempre as mesmas; que onde se derem causas idênticas não se hão de repetir os mesmos efeitos. Deploremos a inteligência dos que assim pensam. Dizem-nos que o espírito das congregações religiosas é diverso do que foi; que elas não exerceram a perniciosa influência que exerceram noutras épocas, ao passo que podem ser grandemente úteis à ilustração e à moralidade. Afirmam-nos que é preciso retemperar os antigos instrumentos de religiosidade para os opor à irreligião do indiferentismo que invadiu as sociedades, e para fortificar o elemento cristão, único que pode combater com vantagem os delírios das novas escolas que põem em questão a propriedade e a família, princípios vitais da existência civil. A educação, dizem-nos, está fora da esfera dos partidos: educai e instrui só por educar e instruir, e não cureis de saber qual será o destino Político das novas gerações. Ensinai-lhes os elementos da instrução geral, a religião e a moral, de modo que depois se adaptem a todas as formas de governo, a todas as situações da sociedade.

Diz-se isto, escreve-se, proclama-se. Os que assim falam são os reacionários ocultos, os trãnsfugas do campo liberal, e também aqueles que devemos considerar como suas vítimas, os que se deixam iludir pelos sofismas desses homens de trevas, que, não tendo a nobre ousadia de declarar lealmente que abandonaram os seus estandartes, caluniam a liberdade para a traírem sem traírem os próprios intuitos, e sem sacrificarem os proventos que lhes resultam da sua suposta permanência na fileiras em que andavam alistados. Comparada com a linguagem destes, a dos reacionários puros é nobre, porque é franca e sincera. O mal, na sua opinião, não consiste nas aberrações do liberalismo; consiste no próprio liberalismo. As doutrinas liberais conduzem logicamente, forçadamente, os povos aos desvarios anárquicos, à negação absoluta da ordem social. É precioso restaurar o passado nas formas mais absolutas, nas máximas extremas da igreja e do estado; expungir todos os axiomas, todas as ideias de progresso civil e Político dos últimos dez ou doze

lustros, todas as instituições daí derivadas. Os progressos materiais deste século são aceitáveis: nada mais. O molde social novo cumpre quebrá-lo, repondo as sociedades no antigo, único em que podem salvar-se.

Entre este partido e o nosso está dito tudo. Somos radicalmente adversários. Podemos combater sem mutuamente nos desprezarmos; podemos ser mais ou menos violentos na luta, sem que, em regra, em princípio, nos acusemos de deslealdade. Não é esse partido, que nos obriga a defender esta Associação, e a expor na imprensa os motivos da sua existência, a sua índole, o pensamento que dirige todos os seus atos. As acusações dali vindas serão o seu melhor título para granjear a confiança do partido sinceramente liberal; porque os dois campos estão estremados e circunscritos. O que importa é precaver-nos contra o mal que lavra nos próprios arraiais; contra os inimigos que nos querem introduzir neles como aliados. O fim dos nossos esforços deve ser repelir doutrinas que se vão pedir emprestadas às teorias dos adversários para se nos darem como ideias progressivas; deve ser repelir tais doutrinas principalmente nas suas aplicações práticas.

Dizem-nos que estamos numa época de progresso, e não podemos retrogradar; que a publicidade, a discussão, a liberdade bastam para preservar a sociedade das agressões da reação. São frases ocas, sem valor, nem alcance na questão que deu origem a esta Associação, porque não determinam nenhum fato especial. Decerto que o gênero humano progride no século presente; porque o progresso é uma condição impreterível da sua existência: progride neste século, como progrediu em todos desde as mais remotas eras. Nem os tempos tormentosos das invasões dos bárbaros deixaram de ser uma época de progresso. Demonstra-o a história. Mas tem esse grande fato de gênero-humano impedido que, num ou noutro país, domine a tirania depois da liberdade; que os foros do homem tenham sido desprezados; que as nações tenham sido individualmente oprimidas, desmoralizadas, barbarizadas, dissolvidas, aniquiladas como entidades políticas? Concluir do progresso constante da civilização geral que um povo não pode retrogradar, e que portanto

não deve premunir-se contra a reação que o agride, é aconselhar ao homem que se não previna contra as causas ordinárias da morte, porque a raça humana tem por condição a perpetuidade.

A liberdade do pensamento, a discussão, a publicidade, as garantias, em suma, de um país livre bastam à defesa da sociedade. Mas então porque se acha estranho que pensemos livremente, que discutamos, que nos associemos, que usemos, dentro da estrita legalidade, desses meios que as instituições facultam aos cidadãos, para afastarmos um perigo que cremos sério e iminente? Por que a injúria, a cólera, a calúnia? Dir-se-ia, ao ver os santos furores que se alevantam em regiões mais que suspeitas, que os nossos temores não são tão infundados, as nossas prevenções tão inúteis como se afirma, e que o perigo é verdadeiro e real.

A reação não pode vencer-nos: cruzemos os braços! Como se julgaria o homem, que numa praça sitiada, mas defendida por centenaes de canhões e por uma guarnição numerosa e aguerrida, clamasse aos soldados no momento do ataque: — "Não assesteis a artilharia: não marcheis para as muralhas; confiai na eficácia dos nossos recursos; cruzai os braços, porque a praça é inexpugnável." — Este homem não chegaria a ser reputado traidor: tê-lo-iam apenas por mentecapto.

Dizem-nos que a agressão não existe; que a importação de um instituto estrangeiro, repugnante pela sua índole, pela sua regra, às instituições do país, não é um sintoma, e mais do que um sintoma, um ato de reação organizada. Examinemos esse fato em si: procuremos a sua causa.

Uma calamidade pública determinou subitamente na capital do reino a existência de um grande número de órfãos, que foram perfilhados pela compaixão pública. Sem aquela calamidade, esses indivíduos teriam recebido a educação no seio das suas Famílias, ou nos estabelecimentos de educação já existentes, e a sociedade não teria visto nisso um grande mal. Eram os estabelecimentos públicos e privados, já instituídos no reino, e destinados à educação da infância e da puerícia, radicalmente incapazes de preencher o seu

fim? Onde estão as provas? Cumpria criar um estabelecimento de educação diversamente organizado? Se assim era, as pessoas que tinham dirigido, mantido, protegido parte dos já existentes, o parlamento e o governo que mantinham e dirigiam outra parte, todos se haviam enganado, ou enganavam o país. Em perto de um milhão de mulheres portuguesas, não havia cinco ou seis que se pudessem encarregar da santa e nobre missão de serem as mães adotivas dos órfãos tutelados pela comiseração pública? A ciência da educação inspira-a Deus por metade ao coração da mulher, porque o destino providencial desta é a maternidade: a outra metade dão-lha as tradições domésticas, as recordações dos primeiros anos, o ensino dos livros e dos mestres e a observação da sociedade. Tinha-se Deus esquecido de nós? A mulher portuguesa ignorava, porventura, esses delicados afetos, essa arte instintiva, com que o espírito feminino atrai para o bem a infância desprevenida, e lhe suaviza as asperezas inevitáveis do primeiro ensino? Dir-se-ia, acaso, que o tipo da mulher mãe e mestra não existia em Portugal, ou existia em regiões tão elevadas, e por exceção tão singular, que descobrir no país quem pudesse desempenhar as graves funções de educadora seria um problema insolúvel? Se assim fosse, a família não existiria entre nós senão por exceção, porque, a primeira e impreterível qualidade da mãe de família é possuir o instinto e os dotes de educadora. Onde se não dá essa condição, a família não passa de uma justaposição de pessoas. Acreditar que esta fosse a nossa situação; que poderia ser a situação de alguma povo, seria pressupor um absurdo. Não se partiu, decerto, de semelhante hipótese para a introdução em Portugal das irmãs de caridade francesas. E se assim foi, digam-nos que meios empregaram para verificar a existência de tão monstruoso fato?

Foi essa introdução apenas um capricho, uma puerilidade? Capricho, leveza pueril, poderia ter-se reputado, se a indignação, manifestada desde logo pelo sentimento nacional ferido, houvera ensinado a prudência. Mas o sentimento público só despertou cóleras indiscretas e declamações apaixonadas. Isto prova que o fato não nascera de irreflexão; que fora calculado, discutido, apreciado, nos seus motivos e nas suas conseqüências. Buscava-se o bem ou o

mal; mas buscava-se alguma coisa importante. Podiam as pessoas que figuravam naquele empenho não medir o seu alcance; mas atrás delas estava decerto quem o medisse, e que talvez guardasse para si previsões e esperanças que não lhes revelava.

Nasceria o fato do desejo de dar a conhecer ao país sistemas e métodos mais perfeitos de educação física e intelectual? Cremos que se devem estudar os sistemas de educação estrangeira, e adotar aquilo que neles for verdadeiramente útil e aplicável a Portugal. Mas para isto não bastam nem servem algumas irmãs de caridade francesas colocadas à frente de um asilo-escola. Supondo que a França fosse o país clássico da pedagogia, o que é mais que duvidoso, seria das escolas normais de metras que alunas nossas poderiam trazer a Portugal os aperfeiçoamentos de que carecêsemos, ou alunas dessas escolas vir introduzi-los, não num asilo-escola, mas numa escola normal.

A lei francesa de 15 de março de 1850, promulgada no meio do terror do socialismo, lei orgânica do artigo constitucional que proclamava a liberdade do ensino, permitiu às congregações religiosas o magistério sem a habilitação das escolas públicas. Queria-se opor o ensino clerical ao do professorado secular, que, na escala inferior, tendia, conforme se afirmava, para as ideias socialistas.

O título de capacidade das irmãs de caridade francesas para o magistério está nas prescrições dessa lei de reação fundada no medo, prescrições que, aliás, qualificam do mesmo modo os indivíduos de ambos os sexos pertencentes a quaisquer outras congregações religiosas. Especialmente, as irmãs de caridade não tem habilitação alguma oficial como educadoras: tem apenas as provisões gerais da sua regra; mas nem essa regra indica sistema algum de ensino, nem temos meio nenhum de verificar a bondade dos que seguem, se alguns seguem, a não ser a autoridade da congregação lazarista, e as vagas afirmativas dos partidários da educação clerical.

Que se pode esperar das congregações religiosas como instrumentos da educação? A circular do ministro de instrução pública em França, de 19 de agosto de 1850, diz: —"Pelo que respeita à criação de mestras, as escolas normais e os cursos normais que existem tem feito serviços assaz positivos para não se poder duvidar de que os recursos para manter essas escolas sejam facilmente votados"— e o comentador da lei de 15 de março. Rendu, acrescenta: —"A utilidade destas escolas normais é tanto mais apreciada quanto é certo que em quase todos os departamentos há falta de mestras, falta provada pela experiência diária."— O governo, portanto, que procurou entregar quanto fosse possível a educação ao clero, apela especialmente para os antigos institutos seculares, e põe neles a sua esperança de poder subministrar à França mestras hábeis, ao passo que um dos homens mais competentes na matéria nos revela que elas faltam em quase todos os distritos administrativos do império. Mas que fazem essas vinte ou trinta congregações a quem se tiram todas as restrições no ensino, e que devem salvar as gerações futuras da ímpia educação secular? A regra de São Vicente de Paulo não excluiu o patriotismo. Enviando a este país inóspito e bárbaro seis irmãs de caridade habilitadas para educadoras, o geral dos lazaristas privou a França dos seus serviços e traiu o próprio dever, senão para com Deus, decerto para com a Pátria.

O que, porém, na realidade a circular do ministro e as palavras de Mr. Rendu provam é que o progresso da educação em intensidade e em extensão não há de nem pode vir de se entregar o magistério às corporações religiosas, cuja impotência no meio da liberdade de ensino que se lhes concedeu, sem garantias sequer para a sociedade, os fatos estão demonstrando. Pode e há de vir de institutos seculares liberal e fortemente organizados. A civilização gradual e crescente das sociedades pela educação popular é uma das primeiras questões de governo, e não uma intriga de sacristia. Se há países onde as paixões políticas a reduzissem a essas dimensões, deploremos os seus destinos, mas abstenhamo-nos de os imitar.

Assim, considerada pelo lado pedagógico, a introdução das irmãs de caridade francesas não correspondeu a nenhuma ideia de

progresso; não satisfaz a nenhuma necessidade da educação popular. Fugir-se-á desta questão suprema para a de simples caridade? Dir-se-á que o estabelecimento que serviu de pretexto à introdução desses frades e dessas mulheres não é propriamente um instituto de ensino, mas de beneficência? Todos os absurdos se podem dizer quando se defende uma ruim causa, mas, em tal caso, porque excluir a mulher portuguesa? Por que reputá-la incapaz de carinho, de asseio, de religião, de moralidade? É lícito, porém, admitir-se que o asilo entregue ao lazarusmo seja apenas um abrigo para a indigência material? As casas de asilo são essencialmente institutos de educação. O mais superficial exame da sua índole o está provando. Se os homens da reação ignoram até isso, citar-lhes-emos uma autoridade insuspeita para eles, a do atual governo francês. O decreto do imperador Napoleão de 21 de março de 1855 diz: — "As casas de asilo, quer públicas, quer livres, são institutos de educação", — e a circular de Mr. de Fortoul de 18 de maio do mesmo ano declara-as — "casas de educação primeiro que tudo." — Decerto não seriam nem o senso comum, nem a opinião que prevalece em França que autorizariam os fautores de educação lazarusista a considerar o asilo confiado às irmãs de caridade como simples instituto de beneficência.

Se acusar as mulheres de um país em peso de falta de capacidade natural para a educação da infância equivale a negar a possibilidade da existência da família, e portanto da sociedade, proposição de tal modo absurda que por si própria se refuta; se manifestações inequívocas nos provam que a introdução das irmãs de caridade francesas não foi um ato de capricho ou de inconsideração; se nem as doutrinas nem os fatos relativos a tão grave assunto legitimam aquela importação estrangeira no interesse do progresso do ensino, que resta para explicar senão um pensamento de reação social, pensamento que se tem, em assuntos análogos, manifestado na Bélgica e no Piemonte, e que triunfa por outras partes?

Mas o que quer esta reação? Para onde caminha? Até onde vai? É o sentimento cristão que se pretende avivar, restaurando por ele a moral positiva e prática? É a fé amortecida no ânimo das multidões,

que por um impulso sublime de caridade se lhes quer restituir em toda a sua benéfica energia, com guia, consolação e esperança, no meio das misérias da vida? Não é nada disso. Se o fosse, esta Associação, justamente porque é composta de liberais sinceros, de homens de ordem, de justiça e de paz, seria também reacionária. A reação é o catolicismo posto ao serviço dos interesses mundanos; é uma parte importante do clero que se deixa assoldar pelo absolutismo com a esperança de que fazendo retroceder os povos até o estado social que precedeu a liberdade, poderá um dia recuar ainda mais longe e restabelecer a supremacia clerical sobre o poder civil. É, por outro lado, o absolutismo, que, servindo-se dessa parte do clero, e da poderosa arma da religião, procura restaurar o próprio predomínio, persuadido de que, depois de obtido o triunfo, conterà o seu perigoso aliado pelos mesmos meios que outrora empregou para o domar, a resistência enérgica às suas pretensões, e a participação generosa nos proventos dos abusos, violências, espoliações e vexames com que por séculos flagelou a humanidade. A reação é o abraço refalsado de dois poderes que se hostilizaram, que se perseguiram, que alternadamente se esmagaram muitas vezes durante séculos, e cuja paz nos últimos tempos era apenas uma trégua que tacitamente ajustara a corrupção. O direito divino da monarquia absoluta e a supremacia do chefe da igreja sobre os monarcas são duas ideias que repugnam entre si; que ainda hoje mutuamente se condenam na região das teorias, como durante sete séculos os seus representantes se tinham amaldiçoado, injuriado, despedaçado mutuamente, em nome de dois princípios contraditórios, que se diziam ambos emanados do céu. O absolutismo e o ultramontanismo, dando um abraço fraterno demitiram a história. A desgraça aconselhava-lhes a união. Guardaram para tempos mais prósperos os ódios mútuos, filhos de mútuos agravos, e no vácuo que lhes deixava nos corações aquele antigo sentimento ficou mais à larga o rancor contra a liberdade. Na luta gigante que empreenderam, para fazer retroceder a torrente impetuosa das gerações e das ideias, empregam a arte e a dissimulação onde lhes falta a força; a força onde a arte e a dissimulação se escusam. Onde e quando cumpre, o absolutismo prostitui e compromete a monarquia em serviço do recente aliado; o

ultramontanismo prostitui e compromete a religião em vantagem do seu implacável adversário de outrora. Os defensores do trono absoluto somem cuidadosamente debaixo dos degraus dele os processos, as sentenças, as providências, as leis, com que, unânimes, os tribunais católicos e os soberanos da Europa fulminaram e aniquilaram a sociedade dos jesuítas, como um grêmio de homens corruptos e criminosos: o jesuitismo esconde nos recessos mais escusos das casas-professas as vastas bibliotecas da literatura do regicídio, os volumes pulverulentos de Belarmino, de Suares, de Escobar, de Molina, de Juvenci, de Busenbäum, de Lacroix, de Mazota, e dos outros escritores, dos bons tempos da companhia de Jesus. A santa aliança pode não ser duradoura, porque as reservas casuísticas estão atrás dela; mas é íntima e forte. Abonam-na os custosos sacrifícios feitos pelos dois aliados sobre o altar da concórdia.

Um homem de estado dos maiores da Europa, o maior talvez do seu país, cujos destinos dirigiu largos anos, tão probo e moderado como escritor, quanto o foi na vida pública, descreveu com rápidos traços, num livro recentíssimo, o caráter da reação clerical e absolutista a que impiamente foi sacrificado o sentimento religioso que renascia em França. "O mal que ainda dura — diz Mr. Guizot — apesar de tantas procelas e de tanta luz vertida, é a guerra declarada por uma porção considerável da igreja católica de França à sociedade francesa atual, aos seus princípios, à sua organização política e civil, às suas origens e às suas vocações... Em nenhum tempo houve guerra de tal natureza mais desarrazoada e inoportuna... O movimento que reconduzia a França para o cristianismo era sincero e mais grave do que parecia... Entregue a si, e sustentado pela influência de um clero que só se preocupasse de renovar a fé e a vida cristã, aquele movimento teria grandes probabilidades de se propagar, e de restituir à religião o seu legítimo império. Mas, em vez de se conservarem nesta alta esfera, muitos membros do clero católico e seus cegos partidários desceram a questões mundanas, e mostraram-se mais ardentes em repor no antigo molde a sociedade francesa, com o intuito de restituir à igreja a anterior situação, do que em reformar e dirigir moralmente os espíritos."

Esta sentença fulminada por uma altíssima inteligência, por um nobre caráter, colocado por muitos anos numa posição sem igual para ajuizar com segurança das tendências e fins de todas as parcialidades do seu país; esta afirmativa tremenda de um homem de bem assentado na borda do túmulo, é tão verdadeira, como triste para nós os que, sem intenções reservadas, amamos o catolicismo, como crença de nossos pais, como religião única na constância e unidade de doutrina, e cujos dogmas, precisos, indubitáveis, completos, se tem conservado imutáveis por mais de dezoito séculos, desde os tempos apostólicos até agora, no meio das heresias, das variações, das superstições, nascidas hoje para se desmentirem, se alterarem ou desaparecerem amanhã. O fato descrito pelo grande historiador da civilização repete-se em Portugal. Perverteram-se aqui como lá as tendências cristãs, que se manifestaram depois dos graves acontecimentos de 1833, para se ir tentando gradualmente a restauração de certas fórmulas sociais e políticas, de certos abusos escandalosos condenados e destruídos irrevogavelmente. Faz-se guerra à sociedade portuguesa atual, aos seus princípios, à sua organização política e civil, às suas origens e às suas vocações. Faz-se intervir a religião em questões mundanas, e pensa-se mais em repor no antigo molde a sociedade portuguesa do que em reformar e dirigir moralmente os espíritos.

A corrupção de uma parte preponderante do clero, a sua participação nas rapinas, nas violências, nas extorsões fiscais dos antigos tempos, a sua devassidão, o seu luxo, e por fim os seus esforços insensatos a favor do absolutismo, levados até a cooperação armada, fizeram com que ele se achasse debaixo das ruínas do edifício que a liberdade desmoronou no dia assinalado pela justiça de Deus. O partido liberal não desejava encontrar lá o clero; mas também não perguntou quem tinha ido abrigar a cabeça debaixo do teto maldito. Confundem facilmente os espíritos vulgares a ideia com a manifestação, a doutrina com o homem. O povo confundiu até certo ponto o altar com o ministro, e confundiu-o, justamente, porque por muitos anos a porção corrupta do clero fizera escudo do altar. O sentimento religioso esmorecera. A mocidade inteligente ousou então pedir paz para o inocente, perdão para o culpado,

respeito para a cruz. Uma parte dos vencedores riram-se, e todavia a súplica era justa. Suspeitosos de nós, os vencidos sorriram também; e todavia a súplica era sincera. Ouviu-a Deus. No fim de tempos o sentimento cristão dominava no liberalismo. A literatura de quinze anos, e a imprensa periódica desta época aí estão para responder por nós quando o futuro tiver de julgar a reação e a liberdade. Os espíritos mais nobres e mais ilustrados do partido do progresso social compreendiam, enfim, uma verdade simples, que as paixões haviam ofuscado; compreendiam que o cristianismo e a liberdade eram a prolação do evangelho; eram dois irmãos que os maus tinham inimizado, e que cumpria reconciliar. De todas as obras do progresso, a mais grave, a mais fecunda, a mais civilizadora era esta. Mas, incorrigível aqui, como em França, como por toda a parte, o velho partido da corrupção na igreja, que fizera já uma vez paz com o absolutismo, porque o absolutismo tinha ouro, tinha grandezas, tinha esplendores para o saciar, apertou mais energicamente os laços que o ligavam a ele. Aterrava-o a ideia de que a religião pudesse erguer-se pura e ilesa do seio das revoluções sociais. Rendia pouco uma religião assim. Correi as publicações chamadas religiosas feitas neste país há vinte cinco anos; vereis que as suas tendências, as suas manifestações de simpatia são, talvez sem exceção, para o ultramontanismo, isto é, para o despotismo na igreja, e para a monarquia de direito divino, isto é, para o despotismo na sociedade. Excluem-se os dois princípios em teoria; excluíram-se por séculos nos fatos: mas que importa isso aos grandes incrédulos chamados os defensores da religião? Se gozarem dois dias neste mundo, que lhes importam os males futuros dos povos? Que lhes importa que daqui a cem anos a tiara role no lodo aos pés do trono dos reis, ou que as coroas se revolvam no pó aos pés do sólio pontifical?

Daí veio a guerra implacável e tenaz feita à liberdade. Onde esta se debilitou pelo excesso temporário de vida, até degenerar em licença e em ameaça à sociedade, a reação, que fora até então vencida, venceu afinal. E tão completamente venceu, que já nos horizontes aparecem, como consequências inevitáveis dessa vitória, os primeiros sinais da luta entre o sacerdócio e o império, ou antes

entre os dois despotismos, que, por força da própria índole, são obrigados a agredir-se desde que se equilibram. Nos países onde a liberdade é forte, porque é moderada, como na Bélgica, no Piemonte e em Portugal, o definitivo triunfo será mais difícil para os reacionários, se o partido liberal, sejam quais forem as suas dissensões intestinas, não cair nas exagerações políticas, e se conservar unido em frente da reação.

Por muito tempo foi esta apreciada mal entre nós, porque as suas manifestações eram desconexas, intermitentes. Apareceram, desapareceram, renovaram-se certas confrarias e associações do sexo feminino, nas quais um singular perfume de misticismo se acomoda aos hábitos e costumes luxuários que dá a opulência. A devoção é aí diversão de certas classes, a quem o berço e a fortuna habilitaram para se esquivarem à dura cominação do trabalho imposta no Gênesis. Publicações devotas e quase românticas, traduzidas do francês, e onde nem, sempre a pureza severa da crença católica é respeitada, feitas com a elegância tipográfica dos prelos franceses vieram expulsar do mercado aristocrático o antigo livro de rezas português, grosseiro na forma, rude no aspecto, singelo na frase. A reação civiliza-se. Alguns dos verdadeiros amigos do altar e do trono, que, refugiados em Paris, vertiam ou arquitetavam, em língua proximamente portuguesa, essas maravilhas do misticismo francês, já foram recompensados por prelados nossos dos seus serviços à boa causa política e à boa causa religiosa. Aqueles varões apostólicos não recusaram o amplexo fraterno à igreja lusitana arrependida. Esperemos que os mais coléricos e pertinazes não continuem a negar ao arrependimento o osculo de paz. O povo não esqueceu à reação: a caridade desta estende-se a todos e a tudo. Trovejando contra a sociedade moderna, missionários analfabetos sobem aos púlpitos dos povoados e dos campos, e ora se ocultam, ora ressurgem como fogos fátuos. Os milagres tinham militado no campo da reação em França, na Alemanha, e na Itália: não podíamos por isso dispensá-los. Os milagres, porém, entre nós foram de mau gosto: os fabricantes eram inexpertos, e a impiedade da ciência inutilizou a obra. Reconheceu-se que eram soldados de pouco préstimo. Mas a agência da associação francesa da propagação da fé fazia

alistamento de tropas mais solidas; e se inferirmos da verba total da contribuição paga por Portugal àquele instituto, atendendo à exiguidade da quota, não se podem calcular os seus adeptos neste país em menos de quatorze ou quinze mil indivíduos. O nexos aparente que une esta vasta associação é a contribuição para as missões francesas e a leitura dos *Anais da Propagação da Fé*, tecido de embustes, já desmascarado por um missionário, o padre Gabet, e por outros escritores. Os *Anais*, espécie de *Carlos Magno* da reação, servem para manter com patranhas a confiança dos adeptos na influência da associação, na grandeza dos seus recursos, e no zelo dos seus missionários, mas ainda mais lhe devem servir para calcular as forças de que pode dispor em cada país, e para manter sem custo por toda a parte uma jerarquia de agentes, cujos serviços utilize nas ocasiões oportunas, como, por exemplo, em granjear assinaturas a favor de alguma tentativa reacionária.

Estes meios, sem excetuar os próprios milagres, e além deles outros, tais como os trabalhos ocultos da sociedade cujos grêmios se denominam *capelas*, espécie de maçonaria ao divino, de há muito organizada, ou como as invectivas diárias de certa parte da imprensa ignóbil e da imprensa política, dirigidas contra as instituições liberais, e ainda alguns desabaços, mais ou menos violentos, na imprensa literária, a propósito deste século férreo, que não desconjunta no potro, não pendura no patíbulo, não esquarteja nem queima ninguém pelos erros ou acertos da sua inteligência; tudo isso eram e são manifestações da reação que vai lavrando; mas o partido liberal podia e devia tolerá-las, embora nem sempre fossem alheias à sanção do código penal. Era ao governo que pertencia submeter esses fatos à apreciação dos tribunais; e todavia, não queremos invectivá-lo pelo seus desleixo ou indolência nesta parte. Se há alguma circunstância em que aos magistrados se deva perdoar a frouxidão no cumprimento de leis, às vezes demasiado severas, é quando a aplicação dessas leis pode comprometer aos olhos da consciência pública a doutrina evangélica e liberal da tolerância. Mas ao lado destas diversas manifestações ostensivamente desconexas, e mais ou menos particulares, apareceram outras de maior gravidade, porque mostravam que o

mal havia invadido também as regiões oficiais. Uma das primeiras em data e em ponderação foi o convênio de 21 de outubro de 1848, monumento de subserviência, onde o plenipotenciário português tolerava que o ministro do governo papal escrevesse a insolente qualificação de *odiosa* em relação a uma lei vigente do reino; onde se pactuava um compromisso vergonhoso acerca do arcebispo de Goa, que se houvera com valor repelindo as doutrinas subversivas e as espoliações brutais dos agentes da Propaganda na sua província do oriente; onde a cúria ousava fixar, não só cômguas a membros da hierarquia eclesiástica da igreja portuguesa, mas, até, a remuneração de simples funcionários; onde se estatui a a manutenção de corporações religiosas e a faculdade de novas profissões, em contraposição às leis do reino; onde, finalmente, se consentia que o nuncio chamasse *escândalo* a anunciar-se a venda dos bens nacionais, que tinham pertencido às corporações de mão morta, aceitando-se a validade das doutrinas ultramontanas a tal respeito, e conculcando-se a autoridade legítima do poder civil. Neste ato, porém, a reação não medira bem a extensão dos seus recursos. O governo viu-se constrangido a enganar o parlamento, escondendo-lhe as condições mais repugnantes desta deplorável negociação.

Entretanto a cúria romana e com ela o partido reacionário tinham dado um grande passo; tinham feito amaldiçoar os princípios que haviam presidido à grande revolução social de 1834, por um governo cuja legitimidade moral e, portanto, cuja força derivavam justamente do predomínio desses princípios. Seguir com prudência a vitória é de general hábil. O arcebispo de Goa foi compelido a condenar perante o papa tudo quanto dissera e fizera na Índia em defesa dos seus irrefragáveis direitos metro-políticos, comprando por esse preço a coadjutoria e futura sucessão da mitra de Braga. Estatuíra-se que se criasse uma delegação da nunciatura em todas as câmaras eclesiásticas, e esta novidade realizou-se, ao menos em parte. Os proventos morais da bula da cruzada, das dispensas de Roma, e de outras concessões igualmente importantes caíram como chuva benéfica sobre o solo árido de Portugal. Os proventos materiais, esses caíram cá e em Roma, mas com a devida seleção de favorecidos. O ultramontanismo ganhara muito, e as coisas ficavam

encaminhadas para novos triunfos; mas era preciso contar com um elemento indispensável, o tempo. Era preciso deixar funcionar o misticismo francês, as confrarias romântico-religiosas, a imprensa temente a Deus, os milagres, os padres emigrados, a associação da propagação da fé: era preciso aumentar o produto bruto da bula da cruzada, e o produto líquido das sanações e dispensas; a reação bem sabia para que. Era preciso, sobretudo, ir viciando, gangrenando sistematicamente o partido liberal, adquirindo nele patronos e agentes ocultos, iludindo os bons e inexpertos com as esperanças da restauração da moralidade, e comprando os ambiciosos, que estavam nesta campo só porque não estavam no outro, com o prospecto de uma vitória definitiva, que, restabelecendo os vexames e espoliações do povo, e as sinecuras e esplendores que a revolução de 1833 tinha destruído, pudesse amplamente satisfazer tanto as grandes como as pequenas cobiças. Quando todo este conjunto de elementos deletérios tivesse produzido suficiente efeito, então poder-se-ia arrojá-la máscara, e não se passar, como em 1849, pela humilhação de calar diante do parlamento as vantagens adquiridas.

Uma tentativa que por muito tempo ficou oculta, apesar do seu bom resultado, deu à reação, tempo depois, a medida dos progressos que havia feito nas regiões oficiais. A audácia dessa tentativa, pura e exclusivamente ultramontana, está indicando que era uma experiência. Acertando o golpe, a reação clerical tirava daí duas vantagens; obter uma nova vitória, e obtê-la no mesmo terreno onde sempre fora repelida pelo seu recente aliado, o absolutismo, quando o absolutismo era o poder civil. Ficava assim este advertido de que no dia do comum triunfo, se tal dia tivesse de raiar, lhe cumpriria ser mais dócil para com as pretensões do ultramontranismo. Achava-se vaga a diocese de Aveiro, não existia ali cabido, a nomeação do vigário capitular devolvia-se, por isso, ao metropolitano, o arcebispo de Braga. Apareceu então uma bula pontifícia autorizando o metropolitano *como delegado da sé apostólica* para fazer aquela nomeação. Uma tal bula, que constituía um atentado contra o direito canônico recebido no reino, que ofendia por mais de um modo as liberdades da igreja portuguesa, que vilipendiava a primeira, a mais ilustre metrópole do reino, apresentada ao governo na época do

absolutismo, teria dado em resultado a saída do núncio de Lisboa dentro de quarenta e oito horas; no governo liberal teve a confirmação regia, o *placet*. *Placet* a derrogação virtual do direito eclesiástico; *placet* a quebra dos foros da igreja portuguesa; *placet* a afronta do soberano protetor e defensor dessa igreja; *placet* a confissão de que Roma triunfou enfim numa luta de sete séculos. Politicamente, o governo que sancionou semelhante escândalo, era responsável por ele; moralmente não. Não há responsabilidade desta espécie onde não existe a faculdade de apreciação.

Coincidindo com este fato, fato gravíssimo, não tanto pelo seu objeto como pela sua significação, caminhava-se nas trevas para se realizar outro de igual significação, mas cuja importância material era sem comparação maior. Falamos da concordata sobre o nosso padroado do Oriente. É um fato assaz recente e assaz estrondoso para estar na memória de todos. Na imprensa e no parlamento fez-se conhecer de modo inegável a monstruosidade dessa convenção desastrosa. Nunca o ultramontanismo havia obtido mais decisivas vantagens. Repetir aqui as ponderações que oportunamente se fizeram a este respeito fora escusado. O que importa agora é notar com certa individuação o que nas discussões que então se alevantaram e que induziram a câmara dos deputados a inutilizar a concordata, rejeitando algumas das suas provisões mais escandalosas, não se fez sentir senão acidentalmente, isto é, a influência que tinha na política geral da Europa aquela nova e mais audaz tentativa da reação ultramontana. O pensamento da concordata reduzia-se, na sua expressão mais simples, a deixar subsistir na incerteza o exercício do nosso direito de padroado nas igrejas católicas da Índia, e a privar-nos desse direito nas regiões transgângéticas, especialmente na China. Na Índia, as lutas do clero português com o clero ultramontano perturbavam a paz pública no território inglês, e as decisões dos tribunais ingleses, quando questões dessa ordem eram levadas perante eles, decididas sempre a nosso favor e conforme a justiça, não podiam obstar à repetição das desordens, que a associação da propagação da fé de Paris e Lyon e a Propaganda de Roma indiretamente alimentavam e alimentam com toda a espécie de auxílios que enviam aos seus

agentes naquelas partes. Na Índia, a conservação do *statu quo* era uma vantagem para a reação, porque as turbulências que suscita a contenda tem três resultados importantes: desfrutar o partido ultramontano, por pouco ou por muito tempo, os bens e rendimentos de igrejas numerosas e em grande parte opulentas, incomodar uma nação liberal e católica no exercício de um direito que com justiça se lhe não pode disputar, e manter mais um elemento de desordem nos estados índicos da Grã-Bretanha liberal e protestante. Na China, a questão revestia-se de outras circunstâncias, e tomava diversa forma. Aí era necessário destruir a influência moral dos nossos bispos e missionários; influência antiga, radicada e até aceita na própria corte de Pequim, onde mais de uma vez esses bispos e missionários tinham sido revestidos de cargos importantes na hierarquia dos funcionários civis. A nossa influência na China não podia decerto ser útil ao anglicanismo; mas era-o sem dúvida aos interesses materiais da Inglaterra. Nação pequena e por consequência inabilitada para disputar preponderância e preferências políticas naquela vasta e populosa região, que se acaba de abrir ao comércio e às combinações diplomáticas dos estados da Europa, não podia a influência moral que ali houvéssemos de exercer por meio da religião ser adversa aos intuits comerciais e Políticos da Inglaterra. A aliança sincera de Portugal com a Pátria de Nelson e de Wellington é indestrutível, porque procede, não só das tradições históricas e da analogia de instituições políticas, mas também da força das circunstâncias atuais. A origem dessa íntima aliança tem a data escrita no mais grandioso monumento do país. A Batalha recorda-nos que há um pato perpétuo asselado com sangue entre Portugal e a Inglaterra. Quando o povo português deixar de ser o irmão e o amigo do povo inglês, tem que derribar primeiro o templo de Santa Maria da Victoria, e de lá, de cima das suas ruínas, sobre os ossos de D. João I, o arauto da discórdia, tem a anunciar ao mundo que esse velho pato expirou. Há perto de quatro séculos, nos campos de Aljubarrota e em frente dos esquadrões franceses e castelhanos, a invencível infantaria inglesa jurava com os cavaleiros portugueses que esta terra seria livre, e uns e outros cumpriam heroicamente o seu voto. Nesta época, porém, de atividade, de indústria, de trabalho ligam-nos aos aliados do mestre de Aviz, do

rei mais nobre e mais português da nossa história, não só as reminiscências do passado, mas também os interesses materiais do presente. A Inglaterra é a consumidora dos nossos produtos; nós os consumidores de uma pequena parte da imensa produção industrial inglesa: nós levamos ao mercado de vinte e sete milhões de indivíduos a melhor parte do que nos sobeja da nossa produção agrícola; eles entregam num mercado de quatro milhões de homens em produtos da sua indústria ou em metais preciosos o equivalente do que nos convém vender-lhes. A nossa vida econômica tem uma relação tão íntima com a vida econômica da Grã-Bretanha, que não se compreende sequer como se poderiam hostilizar os interesses dos dois povos na extremidade da Ásia, ainda supondo que coubesse nas nossas forças contrastar ali o poder colossal da Inglaterra.

Assim a reação sabia que as influências religiosas, influências mais eficazes naquelas regiões remotas do que geralmente se cuida, não as podia empregar em dano da Grã-Bretanha, da sua mortal inimiga, se o nosso direito de padroado nas igrejas católicas da China fosse respeitado. Espoliava-nos, pois, desse direito, com a aquiescência dos seus adeptos em Portugal, enquanto centenares de lazaristas, de jesuítas e não sabemos de que outras congregações italianas e francesas velejavam para o oriente ao lado das esquadras britânicas que iam abrir aquele imenso mercado às especulações da Europa. Se o governo de Inglaterra não compreendeu então o que significava a espoliação do padroado do Oriente feita ao seu antigo aliado, o povo inglês ficará algum dia sabendo à sua custa a conexão que esse negócio tinha com os seus futuros interesses.

Tais foram os mais notáveis fatos do que há muito denunciavam a obra reacionária nas regiões do poder. Estas tendências ultramontanas e antiliberais têm tal permanência, constituem uma série de atos tão lógicos e concatenados entre si, através de todas as modificações de homens e de partidos próprias do governo representativo, que se torna fácil chegar a uma triste ilação. É que esses fatos não procederam das diversas administrações que tem sucedido umas às outras no decurso de dez ou doze anos. A culpa real dos indivíduos a quem cabe a responsabilidade política de

tantos erros e vergonhas é unicamente a de terem ambicionado ou de terem aceitado funções superiores à sua capacidade. A ideia, o intuito inflexível e fatal residia e reside forçosamente em funcionários menos elevados, porém mais permanentes, ou em influências ocultas, que atuam constantemente na gerência dos negócios públicos, e que reproduzem aí de modo mais sério as outras manifestações, na aparência irregulares e desconexas, da reação.

É destes precedentes que principalmente deriva a gravidade do fato da introdução das irmãs de caridade francesas em Portugal, introdução que, segundo já mostramos e continuaremos a mostrar, não se pode reputar alheia à conspiração organizada neste país contra a liberdade; que não é, que não pode ser senão uma nova fase dela. Nada mais lógico da parte dos reacionários do que, ao passo que agrediam a sociedade atual, começarem a preparar o terreno para futuras vitórias apoderando-se da educação. Havia tempos que se dera princípio à empresa inspirando a pessoas piedosas e colocadas em alta jerarquia o desejo de solicitarem do governo, não a permissão de aumentar e organizar melhor o instituto português das irmãs de caridade, porque este apenas serviria para satisfazer aos preceitos de utilidade prática da regra de São Vicente de Paulo, mas sim a admissão de irmãs de caridade francesas, instrumentos cegos dos lazaristas, muitos dos quais pouco depois se dirigiam ao Oriente para recolher o fruto da expulsão do clero português de uma parte das nossas igrejas da Ásia. O mais dificultoso do negócio era que essas pobres mulheres deviam, em conformidade com a disciplina da ordem, ser acompanhadas de alguns daqueles membros da congregação das missões que se não tinham reputado necessários para combater em regiões longínquas o nome português e os direitos da coroa de Portugal, país que aliás a corte de Roma declarava oficialmente cismático, numa espécie de circular aos vigários apostólicos da Índia, na mesma conjuntura em que, por intervenção do seu núncio em Lisboa, negociava conosco a famosa concordata que tinha por fim principal hostilizar o predomínio da Inglaterra na Ásia. Diz-se que houve resistências à nova pretensão, mas cedeu-se por fim a poderosas influências, e as irmãs de caridade

francesas, acompanhadas dos seus mentores, não tardaram em chegar a Portugal, em parte para tomarem conta do novo asilo de órfãos que se criara, em parte com o pretexto do serviço dos hospitais. A reação ganhara outra vitória, na aparência mais obscura, mas a mais importante de todas nos seus resultados.

Temendo, todavia, a irritação pública, o partido ultramontano apelava para a imprensa, não só para a imprensa ignóbil e para a imprensa política, mas também para a literária. Apoteoses das irmãs de caridade e dos lazaristas franceses precediam e acompanhavam a sua entrada no reino, e essas apoteoses, espalhadas pelas colunas dos jornais, tomavam às vezes a forma de livro, e apresentavam-se ao mundo com pretensões de estilo e de filosofia. Aí o liberalismo, verberado desapidadamente, era confundido e aniquilado. Ponderavam-se os serviços das irmãs de caridade nos tumultos de Paris e nos arraiais da Criméia, e dessas premissas concluía-se, com lógica admirável, que ninguém era mais apto do que elas para educar a infância e regenerar a mulher em Portugal. Tais escritos não passavam de um tecido de puerilidades; mas provavam ao menos, pela data em que começaram a aparecer, e pela época em que se espalharam debaixo de outra forma, que, se à reação faltavam recursos intelectuais para tornar plausíveis as suas doutrinas, não lhe faleciam bons desejos de as inculcar.

Apesar de ter esse lado ridículo, a questão não perdia nem a sua importância, nem a sua gravidade. Certas associações, compostas de pessoas respeitáveis pela pureza das suas intenções, mas altamente incompetentes para apreciarem o valor dos fatos à luz dos grandes interesses sociais, tinham experimentado subitamente, sincronicamente, e em lugares do reino assaz remotos entre si, um sentimento, uma convicção profunda e irresistível da urgentíssima necessidade da introdução do lazarismo em Portugal. Se não supusermos quase um milagre, como acreditar na espontaneidade desta inspiração simultânea? Evidentemente na penumbra dessas diversas associações havia uma entidade, uma ideia, um desígnio, que as iludia e as inspirava. E o que podia ser, senão a reação, já em tantas questões e por tantos modos manifestada?

Não é a esta Associação que pertence acusar, nem pedir a responsabilidade das diversas administrações que serviram de dóceis instrumentos ao partido ultramontano. Essa responsabilidade vem de longe. Temos fé nas instituições. Incumbe ao parlamento manter a fiel execução das leis do reino; pertence-lhe a manutenção dos princípios Políticos que o regem. Não nos associamos para o substituir. O partido liberal o que faz é preparar-se para uma luta a que foi longamente provocado, e que as instituições lhe permitem aceitar. Se os parlamentos passados, se o parlamento presente tem até hoje julgado oportuno opor apenas resistência passiva às enterprises da reação, é possível que amanhã se erga tremendo e inexorável para punir mais de um culpado. Como cidadãos, os membros desta Associação são também juizes dos representantes do país na imprensa e junto da urna; mais como corporação, os seus deveres e os seus direitos estão limitados, circunscritos pelos fins que se propuseram. A reação está iludida, se pensa, com os seus clamores, fazer-nos ultrapassar esta meta.

Entretanto a história é do domínio comum, e os fatos consumados são do domínio da história. As leis do reino e o instituto das irmãs de caridade francesas são antinômicos, antinômicos na letra, e ainda mais no espírito. Antes de deferir às súplicas em que se pedia que as leis fossem infringidas, o governo consultou alguns prelados. Era uma exorbitância. O governo não tinha que consultar senão o código dos seus deveres, que imprudentemente rasgou à vista das informações dos bispos. Deploramos o procedimento do poder executivo: não deploramos menos que as consultas dos prelados fossem publicadas, porque nos doe que o clero hierárquico, que os legítimos pastores possam subministrar à malevolência suspeitas de fraqueza diante de influências mundanas. Dizendo ao governo que as irmãs de caridade francesas não vinham estabelecer um instituto regular, os prelados não previam que os fatos haviam em breve de desmenti-los. Afirmando que os membros da congregação da missão, visto prestarem obediência ao ordinário, e dele receberem jurisdição quanto aos atos externos do ofício sacerdotal, podiam ser admitidos neste país, ultrapassavam os limites da sua competência, invadiam as atribuições do procurador geral da coroa, e enredavam-

se a si e ao governo num sofisma cujas consequências também não previam. A questão não era se os lazaristas reconheciam a autoridade do diocesano. Fazem-no assim hoje, porque sempre o fizeram. Impõe-lhes o cumprimento desse dever a própria regra; e se tanto bastasse, poderiam admitir-se no reino os jesuítas, cujo instituto igualmente os obriga a reconhecer a jurisdição diocesana. A questão era se a base dos estatutos dos lazaristas e da congregação do sexo feminino, que eles dirigem, é ou não a obediência cega, ilimitada, absoluta, a uma chefe para nós estrangeiro; se os indivíduos que professam esses estatutos podem entender a sujeição aos diocesanos de outro modo que não seja até o ponto em que ela se não ache em colisão com a vontade, ou simplesmente com os intuitos do geral, que para eles deve ser como um Deus na terra. A questão era se a lei que aboliu em Portugal os regulares, e entre eles a congregação da missão, não é ofendida quando se admitem neste país, para nele permanecerem, homens que publicamente se proclamam membros de uma sociedade abolida, que publicamente usam dos trajos e de todos os sinais externos da sua ordem, e que assim afirmam a existência de uma sociedade que a lei nega. O direito natural e a constituição do estado dizem que a manifestação do pensamento é livre, livres todas as ações que não penetram na esfera da livre ação dos outros, que a lei civil é destinada a garantir; e a existência dos lazaristas no meio de nós é uma afirmação publica de que são lícitos patos de escravidão mental contrários ao direito natural e aos nossos princípios constitutivos. O estrangeiro que vem viver no meio desta sociedade tem jus à sua proteção, mas tem também a obrigação de a reconhecer e de a respeitar. No foro íntimo, na vida doméstica, estrangeiros e portugueses podem ser jesuítas, mórmons, lazaristas, ou o que bem lhes parecer: o foro íntimo e a vida doméstica são santuários onde os poderes públicos não penetram. Mas essa condição fundamental da existência de um povo livre não autoriza ninguém para sair à rua, proclamando com as suas declarações oficiais, com os seus atos, e até com os seus trajos, que o direito natural não é imprescritível, que a constituição e as leis não têm validade moral. A providência legislativa que suprimiu as corporações regulares não aboliu só os grêmios compostos de um certo número de indivíduos: aboliu a instituição,

aboliu os estatutos, aboliu as regras. Quem se acingir publicamente a esses estatutos, a essas regras, seja um, sejam mil, está em contravenção com a lei.

Nem se diga que um ou muitos membros de congregações religiosas podem ter necessidade de vir a este país sem que o poder público haja de lhes tolher a entrada, ou de os obrigar a saírem antes de concluírem os negócios que os compeliram a habitar temporariamente entre nós. Decerto, nenhum governo de nação civilizada procederia de tal modo; mas o primeiro cuidado desses indivíduos, se forem prudentes e honestos, será absterem-se de contrastar por manifestações externas as leis e os costumes da nação cujos hóspedes são. Se procedessem de diversa maneira, o executivo, que tem o dever e o direito de exercer vigilância sobre a ordem pública e sobre a execução das leis, teria o dever e o direito de os coibir ou de os expulsar do país.

Pode, porém, a existência de lazaristas e de irmãs de caridade francesas em Portugal considerar-se como um fato accidental e temporário? Os prelados, nas consultas que dirigiam ao governo sobre este assunto, buscavam atenuar, sem efetivamente o conseguirem, os graves inconvenientes da entrada simultânea dos lazaristas e das irmãs de caridade, o que indica não julgarem possível a separação dos dois fatos. E de feito, é geralmente sabido que essa entrada se negociou primeiro com o geral dos lazaristas; que ele veio a este país tratar do assunto; que dele partiu a permissão da vinda daquelas mulheres. Enfim, o prelado de Lisboa dizia expressamente na sua consulta, que as irmãs de caridade francesas estão sujeitas ao geral da congregação da missão. Os defensores do lazarismo asseveram, portanto, com fundamento, que os dois institutos são inseparáveis. A existência, a permanência, a perpetuidade dos lazaristas em Portugal são conseqüências forçadas da existência, da permanência, da perpetuidade da congregação lazarista do sexo feminino. Assim a questão simplifica-se. Reduz-se a uma pergunta: — A admissão e a residência em Portugal das irmãs de caridade do instituto francês é accidental e temporária, ou importa o estabelecimento de um instituto permanente?

Se é uma residência accidental e temporária, onde estão as vossas magníficas promessas de regeneração moral para esta terra, onde a educação para a infância, a conversão para a degenerada mulher portuguesa, a luz para nós todos, povo de ignorantes, de ímpios, de bárbaros? É com seis mulheres que haveis de fazer essas maravilhas? Ou quereis que o geral da congregação da missão despovoe sucessivamente a França das irmãs de caridade e dos seus diretores para nos restituir a luz da fé, a pureza dos costumes, a educação cristã, que, segundo parece, os sucessores dos apóstolos, os sucessores dos discípulos, os representantes dos doutores primitivos, os pastores, em suma, de instituição divina deixaram perder, e que são, conforme dizeis, incapazes de restaurar? Não; vós não quereis colocar o chefe do lazarus na dura colisão de arriscar a Pátria a novas invasões de impiedade, para dedicar os inesgotáveis tesouros do seu amor do próximo a gente peregrina e rude, que talvez não lho agradeça. Não; vós quereis plantar entre nós ao mesmo tempo ambos os institutos de São Vicente de Paulo; quereis edificar para os séculos. É a modéstia que vos obriga a envolver no mistério os vossos generosos desígnios. A salvação das gerações futuras merece-vos tanta solícitude como a das gerações presentes.

Um fato decisivo demonstra que isto é assim, e que os prelados comprometeram a própria veracidade afirmando o contrário. Entre nós existia uma congregação de irmãs de caridade sujeitas à autoridade diocesana e só a ela, em conformidade das leis do reino. O título da sua instituição era legítimo, viviam em comum, tinham hábito próprio, bens próprios. Era uma casa regular no rigor do termo. Esta congregação desapareceu. Nem a autoridade civil nem a eclesiástica podiam aboli-la. Só a lei o podia, e não a aboliu. Dissolveu-se, extinguiu-se por si? Então a fazenda nacional deve ter tomado posse da casa da rua de Santa Marta e dos poucos bens a ela anexos. Não aconteceu nada disso. Foi só que transformaram a congregação portuguesa em congregação francesa, e incorporaram aquelas pobres mulheres com as recém-vindas. Cometeram simplesmente um crime. Que é o fizeram, que é o que constituíram, senão uma casa regular? É ou não é essa casa sujeita ao geral dos

lazaristas franceses? A lei qualifica de rebelião o ato de se reconhecer em qualquer corporação religiosa um prelado maior que não seja o bispo diocesano, e impõe aos contraventores a pena da sua rebeldia.

O crime é aqui agravado pela circunstância de ser esse prelado um estrangeiro. A reação amotinou-se contra as leis; estamos em plena revolução. A época de 1832 a 1834 foi condenada, e amaldiçoado o nome do grande príncipe que a fez surgir. Velhos soldados do duque de Bragança, sois já poucos para defender as suas cinzas; sois ainda sobejos para morrer ao pé delas. Soldados de Mindelo rodeai o túmulo do imperador!

A capital deste país, remido para a liberdade há vinte e cinco anos à custa de torrentes de sangue, presenciou com assombro um espetáculo digno dos bons tempos da tirania. Quando em carruagens esplêndidas passavam, comodamente reclinados, os confrades daqueles que, no extremo Oriente, andam ocupados em apagar os vestígios dos nossos mártires; quando, ao lado deles, se viam essas pobres mulheres enviadas de Paris para instrumentos dos planos de ultramontanismo, o lodo das ruas espadanando debaixo das suas carruagens ia salpicar a estamemha monástica, o grosseiro crucifixo de metal de outras mulheres que perpassavam com a fronte inclinada para o chão, com as faces retintas na palidez que aí tinha imprimido o longo padecer de longas misérias. Eram as irmãs de caridade portuguesas, declaradas cismáticas pelo sínédrio da rua de São Lázaro em Paris, como a sua Pátria era declarada cismática pela congregação da Propaganda, não sabemos de que rua de Roma. As irmãs portuguesas estavam irregulares: tinham obedecido aos bispos instituídos apenas por Cristo, e não ao geral dos lazaristas criado por ninguém menos do que por Urbano VIII: tinham apenas seguido à risca por trinta ou quarenta anos os preceitos da caridade evangélica; mas não tinham chegado a compreender todos os aperfeiçoamentos do evangelho, que as cartas patentes de Luís XIV haviam em 1658 revelado à França. Vacilavam quase à borda do ateísmo. Era por isto que o zelo com que haviam sido instituídas esfriara em quase todos os ânimos devotos: era por

isto que, à porta dos palácios suntuosos, raramente o laçao grosseiro lhes atirava ao regaço alguma esmola mesquinha. As economias da devoção era necessário entesourá-las para tornar cômodas as carruagens que tinham de servir aos verdadeiros agentes da exaltação da fé. Vinha a ser o mesmo que entesourá-las no céu.

O povo soltou um gemido de dor e de indignação olhando para suas irmãs; porque as mulheres macilentas que passavam a pé, ao lado das carruagens dos lazaristas, eram irmãs do povo. Do alto da tribuna respondeu-lhe a injúria. Houve quem receasse que o gemer se convertesse em rugido. Enganavam-se. O povo é paciente, porque é cristão, e porque tem a força. Caluniaram-no então. Afirmaram que ele insultara as mulheres estrangeiras. A regra de São Vicente de Paulo diz: "Se a congregação ou qualquer das pessoas a ela sujeitas for perseguida ou caluniada, abster-nos-emos cuidadosamente de tirar disso a menor vingança, de maldizermos o ofensor, e até do mínimo queixume." Consequentemente o lazarismo foi a casa da polícia, denunciou intenções, e pediu vingança. A polícia saiu, correu, espreitou, inquiriu e veio, desconsolada e triste, declarar ao lazarismo que mentia. A polícia tornava-se evidentemente ímpia. Era deplorável. Os adeptos consolaram-se com um grande e honrado triunfo que haviam entretanto obtido. A autoridade eclesiástica descera ao humilde retiro das mulheres macilentas, e com gesto severo impusera-lhes o dever de vestirem o novo trajo que chegara de França. Era a salvação. Obedeceram caladas. Aquele escapulário, que bebera tantas vezes o suor da agonia na frente do moribundo encostada ao peito da mulher do evangelho; aquela vestidura, cuja fímbria tinham regado tantas lágrimas de criancinhas abraçadas aos joelhos da mulher macilenta, ao pé da enxerga da mãe expirante; aquela estamenna, tesouro das pobres enfermeiras dos desvalidos, porque lhes era esperança no céu e mortalha na terra, disseram-lhes que a despissem, porque sem certos trajos franceses não havia irmãs de caridade. Trinta ou quarenta anos de privações, de insônias, de abnegação, de preces, de lágrimas, tudo isso fora vão e mentido diante de Deus. Não sabemos se aqueles velhos hábitos se venderam vantajosamente para a

congregação. Sabemos só que o homem do povo, quando os for encontrar no mercado dos andrajos, deve salvá-los, guardando-os como uma memória santa entre as memórias dos seus, sob pena de ser ingrato.

As pobres mulheres do evangelho tinham tido o seu pretório, a sua clâmide coccínea e a sua coroa de espinhos. Ignoramos se, antes disso, lhes haviam apontado para as carruagens esplêndidas do lazarismo, e repetido em voz baixa as palavras de um livro chamado a Bíblia, de que é possível terem notícia certos defensores da religião: *Haec onia tibi dabo, si cadens adoraveris me.*

As leis, os poderes públicos, a autoridade administrativa, tudo curva a cabeça, tudo se esconde para deixar desembaraçado o caminho à reação, que no seu ímpeto revolucionário passa radiosa. Vilipendiado o direito canônico recebido nestes reinos, em que se estriba a jurisdição imediata dos prelados diocesanos nas respectivas dioceses, violadas as leis que mantem esse direito e punem como criminosos de Estado os seus infratores, ab-rogadas pela vontade privada as condições legais com que as irmãs de caridade existiam entre nós como corporação reconhecida, restava escarnecer das leis, que regem a educação pública, e que não são, na sua essência, senão a expressão das doutrinas dominantes nas leis análogas de uma grande parte dos países civilizados. As leis e regulamentos de instrução publica exigem habilitação para o magistério, tanto público como livre, e fixam as condições, as formas dessa habilitação. Os governos relaxados que há muito dirigem os negócios do país haviam tolerado abusos na educação privada, que, sem deixarem de ser perniciosos, não tinham, todavia, inconvenientes Políticos. No relatório dos fins de 1856 o comissário geral dos estudos em Lisboa assinalava esses abusos, e pedia a sua repressão: "Os mestres e mestras das casas de asilo da infância desvalida — dizia ele — exercem ali o magistério sem prévio exame feito perante esta comissão. Quem os pode isentar dessa obrigação? Ninguém: a lei é clara e terminante. E não virá daqui em grande parte o nenhum progresso de tais escolas? Creio que sim." Inquieto com as manifestações do desgosto público, o governo ordenava em

setembro de 1858 àquele zeloso funcionário que visitasse as escolas do asilo dos órfãos da Ajuda, dos asilos da infância desvalida e do hospício de Santa Marta, e que pusesse aí em vigor as leis e regulamentos de instrução pública. Devia terminar o exame, que aliás era obrigação do seu cargo, por um relatório, em que propusesse as providências que excedessem a sua alçada, e fossem precisas para se verificar o exato cumprimento da lei. Fez-se o exame: os abusos existiam; o relatório não podia deixar de ser acorde com as instantes representações feitas pelo comissário dois anos antes. Se o mal era profundo até aí por falta de suficientes habilitações literárias nos mestres e mestras das casas de asilo, os inconvenientes atuais, ainda abstraindo de todas as considerações políticas, eram sem comparação maiores. As irmãs de caridade não só careciam de habilitações legais, mas tinham, até, sido isentas de concurso. Chegavam de Paris para ensinar a ler e escrever português: vinham explicar à infância as verdades fundamentais da religião numa língua que lhes era estranha, quando é sabido que na doutrina católica uma palavra trocada, uma frase inexatamente empregada podem converter um dogma numa heresia. No excesso do abuso associava-se o perigoso ao ridículo, o ilegal ao inconveniente. O relatório do hábil funcionário fez decerto sentir ao governo toda a extensão do mal. O comissário dos estudos seria indigno das funções que exercitava, trairia ignobilmente a sua consciência, se, pondo de parte as doutrinas de legalidade que invocava dois anos antes, não ordenasse, dentro da esfera das suas atribuições, remédio a tantos desconcertos, e não solicitasse do governo as providências que ultrapassavam a sua jurisdição. Por certo ordenou: por certo pediu. E todavia a situação monstruosa e ilegal dos estabelecimentos da Ajuda e de Santa Marta não mudou. Os preceitos do comissário dos estudos não foram respeitados, a lei não se cumpriu, e o governo, que a mandara executar rigorosamente, abaixou a cabeça em profundo silêncio. Como explicar fenômenos tais, senão pela vontade enérgica da reação, preponderante já, posto que oculta, na esfera dos poderes Políticos?

É diante dos fatos que temos ponderado; é diante de sinais tão evidentes, de manifestações tão positivas de uma vasta conspiração

contra a liberdade; e quando as descargas cerradas da reação fuzilam na imprensa periódica, nos livros, nas associações, nas secretarias, na tribuna, nas regiões diplomáticas, nas alturas da hierarquia civil e da hierarquia eclesiástica, nos púlpitos das aldeias e nas escolas da infância, que a insipiência e a perfídia nos acusam de combater contra seis mulheres e dois frades! Quando apontamos para as leis rasgadas, para os princípios postergados, para os cânones e para as liberdades da igreja nacional vilipendiados, para a mulher portuguesa insultada e caluniada, acusam-nos de rancorosos e de violentos! A violência está da nossa parte. A Europa indigna-se, porque o fanatismo rouba um filho a seu pai para o educar numa religião, embora verdadeira, em que este não crê. A nós não nos é permitida a indignação quando aos que dormem debaixo da terra, feridos pelo flagelo de Deus, se lhes entregam os filhos, que eles não podem defender, a que afeiçoe aqueles espíritos inocentes aos intuitos da reação ultramontana e absolutista; aos intuitos desses mesmos homens, cuja audácia fanática a Europa solenemente acaba de condenar. Não nos é lícito opormo-nos a que as novas gerações se eduquem no ódio dos princípios que regem a terra Pátria, e pelos quais a geração presente padeceu e combateu longamente. Não valeram, porventura, nada os princípios, quando se trata da inocência desamparada, depois que sobre os lábios frios dos seus naturais defensores se estampou o selo da morte?

No meio de tantos delírios, uma das coisas que repugnam mais à razão, à consciência e à verdadeira piedade, é a blasfêmia que se encobre debaixo do dilúvio de frases com que se exaltam, sobre as ruínas da hierarquia eclesiástica e da divina missão dos pastores, essas congregações religiosas de ambos os sexos nascidas há dois dias, jesuítas, lazaristas, irmãs de caridade, e não sabemos que mais invenções modernas do ultramontanismo, desconhecidas durante quinze séculos da igreja. O bispo, o pároco, aqueles que o Salvador instituiu para ensinarem a lei e a salvação; aqueles que o Divino Mestre julgou suficientes para manterem a pureza da fé, para serem o sal da terra e a luz do mundo, são declarados inábeis ou insuficientes para exercerem as funções que exclusivamente lhes foram cometidas, e muitos deles não hesitam em subscrever ao

pensamento ímpio, escondido como o áspide nos morraçais da algaravia devota. A congregação tende irresistivelmente a suprimir o episcopado e a ordem inferior dos pastores, como uma inutilidade. Do mesmo modo que demite a história, a reação demite a igreja. Se escapa aquele que nós todos reconhecemos como o primeiro entre os seus irmãos, como o metropolitano dos metropolitanos, como o chefe espiritual do catolicismo, é para o converterem num déspota; para precipitarem o reino Deus das alturas do céu no abismo da terra; para colocarem a tiara, nas relações temporais, acima do poder civil; para, enfim, resolverem de modo definitivo o tremendo problema proposto por Gregório VII à sociedade cristã.

A estes intuitos a existência ou, pelo menos, a autoridade da ordem superior e da ordem inferior do clero legítimo há de ser sempre um obstáculo, senão insuperável, ao menos altamente incômodo. Sempre há de haver uma parte dele que saiba a sua origem, que creia na sua missão divina, e que ouse protestar contra o despotismo da cúria romana. Se a influência dos chefes das congregações sobrepujar a dos prelados, não resta a estes senão uma enérgica e legítima resistência, a não quererem a desautoração do próprio caráter e a dissolução da igreja. Aqueles chefes, porém, cujos súditos devem ser diante deles como o cadáver, como o báculo na mão do cego, como a lima na mão do obreiro, e cujo despotismo, não podendo estribar-se no céu, foi buscar santificação em Roma; esses, decerto, nunca hão de protestar contra a aplicação à sociedade cristã e à sociedade civil de um princípio que é a essência do próprio poder.

O antigo monacato, na singeleza da sua origem, nem era um perigo para as instituições sociais, nem seria uma ameaça para a liberdade. O monacato, como ele nos aparece nos primeiros séculos cristãos, representava os profundos desenganos, o cansaço e o tédio do viver civil. O monge desposando a solidão firmava um ato de divórcio com a sociedade. Esta não seria nem tolerante nem justa se perguntasse ao que se colocava além dela, que nada lhe pedia, nem impunha, nem oferecia, nem aceitava, qual era a norma da sua existência. O mosteiro nos desvios selváticos devia ser uma

santuário talvez ainda mais imune que a família. Nesses tempos, nem sequer existia nexos entre cenóbios e cenóbios, embora entre eles houvesse uma regra comum. Para adquirir o alimento pelo trabalho e o céu pelo sacrifício não era preciso transportar para o deserto o mecanismo de uma organização complicada, nem vestir a cingula ao despotismo. Um chefe eletivo mantinha em cada grêmio a disciplina indispensável para a quietação de todos. Nas relações puramente espirituais, esses homens pios nem sequer imaginavam que o sacerdócio devesse associar-se como o ermo, e se abandonavam a sociedade civil, não deixavam por isso de aceitar e reconhecer a igreja. Nunca se persuadiram de que a instituição divina dos pastores fosse insuficiente para apascentar o rebanho. Na sinceridade do seu coração não suspeitavam, sequer, que viriam tempos, em que os homens achassem incompleto o cristianismo, e quisessem aperfeiçoar a hierarquia e o governo da igreja, imutáveis na essência, como a sua doutrina.

Os institutos monásticos dilataram-se, prosperaram, degeneraram regressando ao mundo social, descaíram e pereceram, ou vegetam apenas num triste crepúsculo. O liberalismo olha-os com suspeitas que os fatos justificam. Entretanto a sua condenação completa não se escreveu ainda. Talvez um dia, quando a liberdade for por toda a parte uma condição impreterível da civilização e da existência das nações cristãs, o monacato ressurgirá na sua primitiva pureza. Há dores para as quais a vida civil não tem bálsamo, desalentos para que não tem conforto, desesperanças para que não tem ilusões, amarguras que não cabem nela. Além das suas fronteiras, dos seus asilos para os infortúnios vulgares, por que se não deixará construir um refúgio de preces e de lágrimas para as misérias morais incuráveis, e para as situações insolúveis e extremas?

Mas que há de comum entre isto e as congregações modernas, que se organizam pelo ideal do despotismo, e que, regidas por esse princípio, tão odioso e brutal como enérgico, penetram no âmago da sociedade como o ferro do machado no cerne do roble? Quando elas pedirem ao povo o coração da mulher para o dirigir, e a débil inteligência da infância para a afeiçoar, o povo, se não for insensato,

há de forçosamente replicar-lhes: — "Para que pedis isso? Vindes do despotismo: não podeis senão arrastá-los para o despotismo; para o despotismo na igreja, e para o despotismo no estado."

A introdução das irmãs de caridade francesas não é senão o pródromo do restabelecimento das congregações, que, longe de buscarem os ermos, só tem em mira apoderar-se da sociedade. A reação sabe que às vezes é melhor ir de roda para chegar mais depressa.

Num documento oficial alegaram-se os serviços das irmãs de caridade francesas no Oriente, principalmente nos arraiais da Criméia, para legitimar a admissão daquele instituto no reino, quando o principal fim ostensivo dessa admissão era o gravíssimo negócio de educação da infância. Vinha a ser a melhor alegação, sendo péssima. Naquele documento demitia-se a lógica; e convertia-se a enfermaria em escola normal. A reação, tão astuta de ordinário, tem suas puerilidades. A capacidade das irmãs de caridade francesas para o magistério talvez ainda venha a inserir-se como dogma no catecismo. Por enquanto está sujeito à discussão. A regra de São Vicente de Paulo não encerra em si a demonstração de tal capacidade, e os fatos ainda também não a demonstraram. Ensinar não é sinônimo de ensinar bem. Permitam-nos, pois, que entretanto duvidemos da virtude pedagógica dessa regra, virtude que seria mais um milagre dos oficiais deste gênero de produto, porque não resulta de nenhuma das sua disposições positivas. A caridade poderá, talvez, só por si fazer uma boa enfermeira; o que decerto não faz é uma boa mestra.

O instituto das irmãs de caridade cerca-se de uma auréola factícia, porque é um instrumento de reação. Admiti que a dedicação, aliás louvável, dessas mulheres seja um título que supra a ciência, que inutilize a intervenção do estado na educação, e diante do qual devam ceder os princípios, as leis, os regulamentos, e achar-vos-eis em breve nas regiões do jesuitismo. Que vale a história, mais ou menos exagerada, dos sacrifícios, do zelo, da constância das irmãs de caridade ao lado dos sacrifícios, do zelo, da constância dos jesuítas, não neste ou naquele país da Europa, mas no mundo

conhecido? Depois, o jesuitismo tem títulos de ciência bem diversos do que podem invocar as irmãs de caridade e a ordem que as dirige. Entregai, portanto, a educação e a instrução, não só da puerícia, mas também da mocidade, à companhia de Jesus.

Lá chegaremos, se não estivermos precavidos contra os sofistas.

O furor demissório da reação não para, nem na história, nem na hierarquia cristã, nem nos cânones da lógica: vai até a Providência e até o Evangelho. Que há particular e exclusivo na regra de São Vicente de Paulo para produzir os resultados benéficos daquela associação como está constituída em França? A força impulsiva da vontade absoluta de um só homem é na verdade um elemento eficaz, posto que vulgar. O despotismo produz às vezes o bem, ainda que em regra só produza males. Mas os efeitos dessa organização, inegavelmente poderosa, acabam aí. O resto operam-no a índole da mulher e a luz imortal do Evangelho. Quem há que não visse, ao menos alguma vez, na obscuridade da vida doméstica, uma irmã de caridade assentada à beira do leito da dor ou da última agonia? Onde está a mulher está a irmã de caridade. O seu espírito adeja em volta do padecer humano, para se precipitar nele, como a mariposa à roda da luz. É o seu instinto, a sua índole, o seu destino. O amor, a amizade, a afeição filial ou fraterna, a maternidade escondem aos olhos dos outros e a seus próprios olhos as tendências irresistíveis que a arrastam para levar um afeto aonde quer que soa um gemido. Acima de todos os votos que se lhe podem ou pedir ou impor em nome do céu, ela tem dois, escritos lá dentro, que a seguem do berço ao túmulo, a piedade e a paixão do sacrifício. Impelidas pelo sentimento religioso, essas tendências vão até o sublime da abnegação: vão mais longe do que a irmã de caridade; vão até a mulher que se precipita na fogueira dos funerais do Indostão. Essa mulher, como a irmã de caridade na Europa, representa a suprema devoção pelo sacrifício. A diferença, porém, não está na regra de São Vicente de Paulo: está em que na Europa a mulher educa-se à luz esplêndida do Evangelho; no Indostão ao crepúsculo triste dos Vedas.

Sem a sujeição aos lazaristas, o que a regra de São Vicente de Paulo pode fazer é dar unidade e ordem aos admiráveis instintos da mulher santificados pela religião; é estender o que há mais belo no mundo, as consolações do afeto doméstico junto de um leito de dores, aos que não tem família que lhas possa dar, ou aos que a miséria e a doença entregaram à caridade oficial. Mas atribuir à virtude do instituto o que principalmente provém da natureza e da religião, é depor a Providência e o Cristianismo para entronizar um homem: é supor que a sua obra vale mais que a obra de Deus: é a blasfêmia da superstição.

Com o predomínio, porém, do lazarismo; com uma obediência cega a indivíduos que abnegam, diante de um chefe supremo, a vontade, a razão e a consciência, as irmãs de caridade não são senão mais um perigo para a sociedade debaixo de aparências ilusórias. O bem que ainda assim fazem nem remotamente compensa os males que podem produzir. Instrumentos, provavelmente inscientes, do ultramontanismo, são como os maus atores, que se limitam a estudar o respectivo papel, sem conhecerem nem o enredo, nem os efeitos do drama.

Os serviços feitos à humanidade na guerra do Oriente pelas irmãs de caridade francesas, texto fecundo das parêneses da imprensa reacionária, e que tão pouco a propósito figuram em documentos que deveriam ser graves, tem acaso o valor e a significação que se lhes atribui? A guerra do Oriente foi empreendida por duas das mais poderosas nações, uma delas a mais opulenta e ilustrada da Europa. As misérias e desgraças ordinárias da guerra são fáceis de prever, e os governos dessas nações tinham-nas previsto: tinham-se preparado para elas. Facultativos, hospitais, enfermeiros, remédios, os confortos, em suma, que são compatíveis com a dura e aventureira vida do soldado, não tinham sido predispostos com mão avara. Aqueles para quem esses imensos socorros se destinavam eram homens no vigor da existência, educados para afrontar virilmente as privações, a dor e a morte. As calamidades imprevistas não foram, nem podiam ser combatidas com menor energia. As inspirações da simples humanidade eram avivadas pelo interesse de

manter a força material e moral dos exércitos, numa campanha onde se decidia o duelo entre as sociedades do Ocidente e os netos de Átila. Quanto a ciência, a indústria, a riqueza e a atividade administrativa podiam sugerir e aplicar para alívio dos males inseparáveis da guerra, tudo se achava ao lado do homem robusto que padecia nos arraiais da Crimeia. Imaginar que cinquenta ou cem mulheres distribuídas pela vastidão dos hospitais militares, supriam, modificavam sequer as privações e os incômodos nascidos da falta accidental de recursos, ou das desordens imprevistas da natureza, é um paradoxo, que pedimos licença para não acreditar, embora tenha a seu favor o testemunho *insuspeito* de generais que haviam metralhado a liberdade por conta da reação, e que se ufanavam com a intimidade dos chefes do jesuitismo; embora se estribe nos elogios gratuitos de funcionários colocados numa situação elevada, mas dependente desses pios generais, e que nada perdiam em exagerar, à vontade deles, os serviços dos jesuítas, dos lazaristas, das irmãs de caridade, ou de outras quaisquer corporações, que eles pretendessem exaltar.

Os pomposos relatórios das maravilhas praticadas pelas irmãs de caridade no Oriente o que provam de modo peremptório é que a reação é hábil. Sabeis o que se passava então no país que elas abandonavam para suprir as insuficiências dos governos da Inglaterra, da França, da Sardenha e da Turquia? Dir-vo-lo-emos. Em França, dos doze milhões de desgraçados cuja alimentação consiste apenas em centeio, batatas e água, e que em grande parte vivem em casebres infectos, morriam de fome e de miséria oitenta mil pessoas, só no decurso de 1855! É uma autoridade insuspeita, o chefe atual da repartição de estatística em França, que no-lo assegura. Onde era o posto da irmã de caridade francesa no meio de tantos infortúnios? Era na Pátria, ou nos acampamentos do Oriente? Era ao pé do soldado, ferido ou doente, mas de constituição robusta e de ânimo fero, vigiado, acariciado pela previdência solícita dos poderes públicos, ou na aldeia, no casal solitário, na água furtada do operário fabril, ao pé da enxerga do velho, da mulher, do infante, nus, esfaimados, esquecidos do mundo, abandonados pela caridade pública, e enviando, talvez, no último alento um grito de maldição à

sociedade? Se, educadas antes de se descobrir em França, que toda a mulher deve aprender nos primeiros anos a executar os artefatos próprios do seu sexo, não podiam trabalhar de noite e dia para ministrar aos extenuados e quase moribundos, não confortos, não carinhos, não suavidades, mas simplesmente um bocado de pão negro que devorassem assentados no átrio da morte, podiam ao menos forcejar para que o último suspiro deles não fosse um grito de desespero, mas um murmúrio de resignação; podiam ir pelas portas do palácios suntuosos implorar a piedade dos ricos; pelas moradas da devoção opulenta pedir-lhe que fechasse por minutos o *Mês de Maria*, para ler algumas páginas dum livro plebeu chamado o Evangelho, que bastou para inspirar todas as virtudes, todos os heroísmos do mais ardente amor do próximo nos séculos primitivos do cristianismo. Os preceitos do livro plebeu podiam cumprir-se em França. Não sabemos se foram cumpridos no Oriente.

O que sabemos é que a piedade com o infortúnio, exercida obscuramente, no casebre, na mansarda, nos recessos onde se ocultam as grandes misérias, vê-a somente Deus. A Crimeia, Atenas, Varna, Galípoli eram proscênios diante quais se assentava espectadora a Europa, e a reação sabe o que valem as artes cênicas. O teatro tentava! Se não servia excessivamente a humanidade enviando as irmãs de caridade ao Oriente, o lazarismo escrevia um magnífico tema para as parêneses dos seus missionários, quando tratasse de as introduzir e de se introduzir, à sombra delas, em qualquer país, onde a reação carecesse do seu auxílio.

Agredida, não só desde o primeiro dia da sua existência, mas, até, ainda antes de se constituir, a Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino precisava de mostrar a sua oportunidade, a sua índole e os seus fins. Para isto cumpria traçar rapidamente a história da reação nos últimos dez anos. Essa história revela o progresso constante da ideia reacionária, a sua pertinácia e as suas vitórias. Os fatos provam que o partido liberal necessita, enfim, de acordar do seu longo torpor, e essa necessidade justifica a existência desta Associação. Os anteriores triunfos dos sectários de toda a espécie de despotismo tem sido daqueles que um governo

firme e esclarecido pode facilmente inutilizar em qualquer tempo. A perversão, porém, das gerações novas, sobretudo a perversão do espírito das mulheres, produz consequências fatais, duradouras, e difíceis de extirpar. No homem, a instrução superior e a experiência do mundo corrigem às vezes as ideias falsas, as más tendências da primeira educação. À mulher faltam de ordinário esses dois auxílios. Veículo seguro da peçonha que lhe instilou no entendimento a maldade, vai, sem o saber nem o querer, propiná-la no seio da família aos que entranhavelmente ama. Persuadida uma vez de que as abusões e os atos mais contrários à índole grave e severa do cristianismo são condições da vida religiosa, não há superstição, nem credice que não imprima, com a quase indestrutibilidade das primeiras impressões, em ânimos inocentes, que ela, na sinceridade do seu coração, crê guiar pelo caminho do céu. Corrompe, logo a dois passos de berço, o infante regenerado pelo batismo; torna moralmente raquítico o que, como cristão e como homem social, deve ser moralmente forte. Da juventude até a velhice vai semeando na terra o mal e o erro, e morre tranquila. Morre tranquila com razão; porque foi apenas o báculo na mão do cego, a lima na mão do obreiro, o punhal na mão do assassino.

É da educação que pode dar e receber a mulher que a reação tende a apoderar-se introduzindo em Portugal as irmãs de caridade francesas. Nos asilos da primeira infância a mestra substitui a mãe; na escola do sexo feminino educam-se as que hão de ser mães. Entregai esse asilo e essa escola à influência de congregações fortemente constituídas, e hoje arregimentadas para combater o liberalismo, e calculai como pensarão daqui a vinte anos as gerações novas, e o que será feito, daí a outros vinte, da liberdade política e do verdadeiro cristianismo.

A Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino deplora a fraqueza dos poderes públicos diante dessa tentativa audaz; lamenta que não haja nesta terra quem fale em nome do direito natural, da constituição, das leis e da sociedade; que os Tomás Pinheiro da Veiga, os Josés de Seabra, os Pereira Ramos não tivessem sucessores; que não se alevante uma voz autorizada pelo

seu cargo para revocar os governos e os funcionários ao sentimento do próprio dever. Pessoa moral particular, composta de simples cidadãos, esta Associação não pode nem quer substituí-los; limita-se a repelir o empenho ultramontano na esfera de ação que as instituições lhe concedem. Busca opor o asilo liberal, a escola liberal, ao asilo ultramontano, à escola ultramontana. A luta não é nem fácil, nem inglória. Independente das suas alianças, públicas e secretas, e do pensamento Político que servem, os humildes missionários de São Vicente de Paulo não são adversários de desprezar. Se não brilham, como nunca brilharam, pela ciência, tem outra força que a vale. Rothschilds das congregações religiosas, dispõem de milhões, prudentemente empregados nos fundos públicos de diversas nações da Europa, e adquiridos nas pias especulações do comércio e da indústria. Não é inglória a luta para manter o *escândalo* de não ser representada nas assembleias gerais da congregação lazarista a *província* de Portugal.

Dizem-nos que viemos tarde; que outras associações nos precederam no empenho da educação. Cremos, apesar disso, que viemos a ponto. Não temos a pretensão de havermos inventado a escola; não temos mais entusiasmo pelas escolas do que por outro qualquer meio de civilização moral ou material. Não nos associamos até aqui para as fundar, pela mesma razão porque não nos associamos para construir estradas, ou caminhos de ferro, ou caixas econômicas, ou bancos rurais, ou presepes da infância no berço. A lei do país impõe a todos os cidadãos o dever de mandar seus filhos à escola, e obriga, portanto, o estado a subministrar-lha. Pagamos os tributos, e nunca proibimos aos nossos mandatarios que votassem amplamente os recursos pedidos para quaisquer institutos de educação pública que reputassem necessários ou úteis. Fiamos-nos nas leis, nos governos, nos parlamentos. Podíamos instituir escolas como especulação: não quisemos especular no gênero. Se intentamos fundá-las hoje, é como instrumento Político; é porque a reação caminha há dez anos de conquista em conquista, e agride agora a liberdade por um lado perigosíssimo. O procedimento dos poderes públicos durante dez anos e as suas tristes hesitações na atual conjuntura legitimam, santificam a nossa resolução; porque se

trata do envenenamento moral da sociedade pelo envenenamento moral da família. Uma lei desta terra, uma lei de sete séculos, uma lei cuja duração representa um profundo sentimento de honra, diz que se pode ser homicida sem crime quando a prostituição do adultério vai enodoar o seio da família. É que a família é a molécula social, e gangrenada ela, a sociedade esfacela-se num monte de podridão. Vamos muito menos longe que a lei. E todavia o perigo é maior; porque nos seminários da reação não se hostiliza só a liberdade: ensina-se também a revelar à donzela e à mãe de família delitos mais monstruosos que o adultério. Defendemos nossas mulheres, nossas irmãs nossas filhas: defendemos as mulheres, as irmãs e as filhas dos que hão de vir depois de nós. Onde estará aqui o crime, a violência, o erro, o motivo sequer de suspeição? Não dissimulamos, não tergiversamos; a nossa linguagem é simples e explícita como as nossas intenções.

E diz-se-nos que eduquemos por educar, e instruamos por instruir; que instituamos cidadãos aptos para todas as formas de governo; que ensinemos a ler e escrever e a doutrina cristã, e não curemos de mais nada. Todos esses conselhos não chegam a ser absurdos: ficam aquém; na demência. Educar por educar! Instruir por instruir! Só há uma coisa nas obras humanas que tenha em si mesma a sua causa final; é a arte. Tudo o mais tem por objeto a sociedade ou o indivíduo. A educação não é nenhum poema, nenhum quadro, nenhuma partitura: a educação e a instrução são o ato pelo qual uma geração transmite a outra os tesouros de progresso moral e intelectual que herdou e aumentou; são uma grande questão social, e é por isso que o estado exerce nelas intervenção tão ampla. Se não fosse assim, a lei que, em todos os países cultos, força os indivíduos a receberem na escola esse batismo da civilização, fora tirania; fora tirania a inspeção do estado na educação livre. Criar cidadãos aptos para todas as formas de governo! Mas há formas de governo que vos pedem vassalos, que vos pedem servos, que vos pedem escravos, mas que não vos aceitam cidadãos. Se quereis subministrar-lhes o que eles pedem, fazei-o: nós não queremos. Nós forcejamos para que a geração que vier após nós seja uma nobre raça de homens livres; que odeie, não o reacionário, que pode estar

involuntariamente no erro, mas o despotismo e a servidão; queremos afeiçoar uma geração nova rancorosa, mais rancorosa do que nós. Que ensinemos a ler, a escrever, a contar, e a doutrina cristã somente. Ensinaí-o, se podeis, a uma criança sem lhe imprimir no espírito, cinquenta, cem, mil vezes mais ideias do que as necessárias para possuir esses elementos de cultura. Metade do que conhece do mundo material e moral a mais vasta inteligência adquiriu-o na infância. É nessa época da vida que a torrente das ideias, boas ou más, exatas ou inexatas, acumuladas pela tradição humana, se precipita com mais força no nosso espírito. O ensino voluntário e previsto é, sem comparação, menor do que o involuntário e desapercibido, que do educador ou do mestre recebe o educando ou o discípulo. As preocupações e os erros de fato ou de apreciação passam, com a mesma facilidade que as ideias sãs, de um para outro espírito, e passam, a cada hora, a cada momento, com uma autoridade, com um prestígio, que não tem as transmitidas pelos outros indivíduos que revelam ao homem na infância o mundo em que vai viver. Estas verdades triviais, elementares, só as ignora quem as quer ignorar. A reação pode fazer com que as afoguem em frases ocas e em paradoxos; mas prova de sobejo, pelos seus atos, que sabe o que elas valem. Também nós o sabemos; e nessas frases e nesses paradoxos não vemos senão uma injúria à reta razão do país.

No meio das puerilidades, das afrontas, das calúnias, das maldições, nós prosseguiremos avante nesta cruzada santa da civilização e da liberdade. Chamamos a ela todos os homens sinceramente liberais, que não estão resolvidos a transigir com gênero algum de absolutismo, nem no estado, nem na igreja. Esses homens são os que querem as consequências da restauração de 1833, restauração que foi ao mesmo tempo uma grande revolução, ou antes a única revolução verdadeiramente importante deste país. A guerra da reação é dirigida ainda mais contra as conquistas sociais que então fizemos do que contra o governo parlamentar, embora também este seja agredido. Querem-se os dízimos, os bens da coroa, os direitos de foral, os privilégios de casta ou de classe, os ofícios hereditários, as rendosas capitâneas-mores, as mitras opulentas, as ricas abadias, os benefícios Patriarcais, a majestade do trono caluniada pela

rapacidade cortês, a supressão da imprensa, método fácil de moralizar, que consiste em fazer silêncio ao redor da corrupção. A liberdade tornou-se incômoda, não só para os que perderam com os sucessos de 1833, mas também para muitos daqueles que mais ganharam com eles. Os que esgotaram o que a nova situação tinha para dar, veem agora que o absolutismo dispunha de instrumentos mais eficazes para sugar da riqueza pública, do fruto do trabalho honesto, a quota do luxo e da devassidão dos escolhidos. Todas essas deplorações sobre a decadência da moral e da religião; todos esses esforços para restaurar instituições derrocadas, são cálculos de cobiça. O fanatismo é raro: o que está sendo vulgar é a hipocrisia. As comparações que se fazem do presente com o passado são falsas. Sem desconhecer que os costumes estão corrompidos, protestamos, com a história nas mãos, que a decadência moral dos séculos de absolutismo era muito maior do que a nossa. O remédio do mal presente não está em aproximarmo-nos deles, está em afastarmos-nos. Os que pensam o contrário iludem-se; os que fingem pensá-lo são os que querem lucrar com as especulações ao divino.

Deploramos que, semelhantes às facções religiosas do Baixo-Império, anatematizando-se mutuamente dentro dos muros de Constantinopla assediada pelos muçulmanos, as parcialidades liberais não ouçam, no meio das suas discórdias, o estrépito da reação que marcha de vitória em vitória. Estranha a essas parcialidades, sem compromissos anteriores, esta Associação a nenhuma tem de servir, nem de combater. Não busca para si um lugar no meio dos grupos que pleiteiam na urna, no parlamento, e na imprensa um poder efêmero. Não tem ninguém a quem o oferecer. Que o partido liberal não abdique; ficará satisfeita. Todos os governos devem estar tranquilos acerca da influência maior ou menor que ela possa exercitar, porque não há de empregá-la senão contra os homens que se mostrarem deliberadamente favoráveis às tentativas reacionárias. Esses, se um dia se acharem no poder, contem com uma hostilidade implacável da parte dela. Persigam-na, que é do seu interesse fazê-lo. Hoje constitui-se para fundar escolas e asilos; pode amanhã alargar a esfera da sua ação, ou transformar-se. As fases da luta determinarão o seu proceder. Se por enquanto só

trata de atalhar o perigo presente, porque é gravíssimo, não se infira daí que cruzará os braços quando qualquer outro perigo igualmente grave ameaçar a sociedade nova, e a agredir nas suas tendências, na sua índole, ou nas suas tradições. Se a agressão é ainda mais social que política, a defesa há de ter os mesmos caracteres.

Como os antigos templários, cujas preceptorias se colocavam nos confins dos países remidos para o cristianismo e na frontaria dos sarracenos, nós vamos plantar as nossas tendas de guerra junto aos marcos que dividem os domínios da reação dos domínios da liberdade. Vigiamos enquanto outros dormem: combateremos enquanto outros disputam. Quando algum de nós cair, os seus companheiros perguntarão quem rege os arraiais da liberdade; perguntá-lo-ão para pedir sete palmos de terra livre que dê asilo ao que caiu. Se os houver para no-los darem, não indagaremos como se chamam os que no-los concederam. Sabemos que esses sete palmos não podem estar encravados em terra de servos. Eis o fato importante, e o fim supremo desta Associação. É o título da melhor herança que temos de legar a nossos filhos.



Iba Mendes Editor Digital
www.poeteiro.com